

DESCENDÊNCIAS

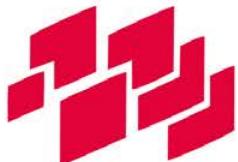
MAGAZINE



CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO



Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada



cisterdata
consulting

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.

p/ 06 e 07.

Encontros PNAID 2023. Por José Governo, Diretor Executivo da AILD
Portugueses pelo mundo. Por Philippe Fernandes, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista
João Gomes Cravinho
Ministro dos Negócios Estrangeiros

p/ 30.

Relações bilaterais Portugal-Suíça. Por Júlio Vilela,
Embaixador de Portugal na Suíça e no Príncipado do Liechtenstein

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 34.

Algumas reflexões sobre o meu mandato. Por Alfredo Stoffel,
Conselheiro das Comunidades Portuguesas

p/ 40.

Artes e Artistas Lusos, Nuno Cristo
Por Terry Costa, Presidente do Conselho Cultural da AILD

p/ 46.

As Remessas
Por Observatório da Emigração

Obra de capa

Artista Plástico: João Timane

Dimensões: 27 x 35

Técnica: Tinta da China sobre cartolina

O quotidiano do povo moçambicano

O sol acaba de nascer. Teresinha traz na cabeça um embrulho cheio de sonhos.
O sol acaba de nascer. O pão da Margarida vai matar a fome no mercado.
O sol acaba de nascer. João vai espalhar a semente no solo fértil da machamba.
O sol acaba de nascer. Maria carrega o filho e uma bacia cheia de esperança.
O sol acaba de nascer. O futuro é para quem trabalha.

Marcelo Panguana, escritor
obrasdecapa@obrasdecapa.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | Diretora Adjunta Gilda Pereira | Editores Ana Sofia Oliveira, António Manuel Monteiro, Carolina Cunha, Cristina Passas, Diana Correia, Fatinha Pinheiro, Flávio Alves Martins, Gabriela Ruivo, João Vieira, José Governo, Luciana Zettel, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Nuno da Lima Luz, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sílvia Faria de Bastos, Sylvie das Dores Bayart, Vitor Afonso | Revisão JG Consulting | Design Gráfico Amostra de Letras | Estatuto editorial <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | Editor e Proprietário Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | Administração Fátima Magalhães - 100% capital | Periodicidade Mensal | Contactos E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | Publicidade E: publicidade@descendencias.pt | Anúncios A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos

anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | Direitos Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e ii), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | Sede Editor/Redação Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | Registo ERC 127522 | Edição 35, novembro 2023 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

“O quotidiano do povo moçambicano” retratado na obra de João Timane e nas sábias palavras do escritor Marcelo Panguana abrem uma nova edição da *Descendências Magazine*. E uma nova edição dos “Encontros da PNAID” também vai acontecer já em dezembro, em Viana do Castelo. Os portugueses dispersos pelo mundo antecipam a grande entrevista com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João Gomes Cravinho, onde vamos ficar a conhecer os principais pilares de uma estratégia diplomática “360” e de que forma irá contribuir para (re)afirmar Portugal no contexto global. Este e muitos outros temas que não pode perder, sobretudo numa altura em que a diplomacia terá certamente um papel determinante para o futuro de todos nós. Percorremos do passado à atualidade as relações bilaterais Portugal-Suíça pelo testemunho do embaixador Júlio Vilela. Acompanhe o percurso do mandato do Conselheiro das Comunidades Portuguesas Alfredo Stoffel, e não perca o depoimento de Fátima Vasconcelos a primeira dos 23 depoentes cujas memórias constam na primeira fase do Projeto História Social de Angola (HSA). Encha a sua alma de “Desejos”, com o cheiro de terra, que só Vera Duarte nos sabe oferecer. Nuno Cristo é um talentoso músico, fabrican-

te de instrumentos e etnomusicólogo que vive em Toronto e leva uma vida a difundir a cultura portuguesa através da música e dos instrumentos musicais. E falando de emigração, falamos de remessas, mas também de afetos de família, de saudades, num “retrato em branco e preto”. Conhecemos a administradora do Grupo Monte, Patrícia de Castro Gonçalves, a Líder&Empresária deste mês e trazemos-lhe uma explosão de cores de “florestas em mosaico”. EMDR – Eye Movement Desensitisation and Reprocessing, sabe o que é? A Psicóloga Especialista em Clínica e Saúde, Ana Sofia Oliveira, explica-lhe tudo. E nem por falar em movimento e olhar, para ficarmos deslumbrados com os céus que a Maria e o Miguel nos trazem das suas viagens. Continuamos em Terras de Basto e aproveitamos o feriado para levar as crianças a Efteling, um parque muito especial que se não conhece tem mesmo que visitar, ainda que com “esta chuva que não deslarga” nos retire a vontade para o passeio e mais para as discussões da língua portuguesa. E ainda que o Philippe Fernandes nos traga uma tempestade perfeita, garantimos-lhe que nesta edição encontra muitos e bons momentos de leitura, todos eles serenos e prazerosos.

Até dezembro.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

A I L D

Encontros PNAID 2023

Um programa ou uma estratégia?

Nos próximos dias 14 a 16 de dezembro de 2023, o Centro Cultural de Viana do Castelo, irá acolher a próxima edição dos ENCONTROS PNAID 2023 - Encontros de Investidores da Diáspora, que se inserem no Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), criado em 2020 e realizados pela primeira vez em 2022.

Trata-se portanto de uma iniciativa do Governo de Portugal, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de valorização das comunidades portuguesas que promove o seu investimento, em especial no interior do país, bem como as exportações e a internacionalização das empresas nacionais através das comunidades portuguesas residentes fora de Portugal.

Esta iniciativa, que considero extremamente positiva, visa ainda, dar a conhecer aos participantes as oportunidades e medidas de apoio ao investimento em Portugal e à internacionalização, além, da importante apresentação de projetos, interação, partilha de experiências e boas práticas e a promoção de parcerias e oportunidades de negócios, desejando, sobretudo, que seja um debate de oportunidades e ideias com consequência.

O programa previsto e já tornado público é extremamente interessante, com temas pertinentes, relevantes e catalisadores em relação



àqueles que são os objetivos destes encontros, e na relação recíproca que deve existir e aprofundar-se entre Portugal e as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo.

A AILD, irá naturalmente marcar presença por forma a também, dar o seu contributo, manter contactos com as comunidades portuguesas e lusodescendentes, com as empresas, procurando ser mais um elemento ativo na promoção de Portugal no mundo, mas também, na captação de investimento para Portugal, em especial para os territórios do interior e de baixa densidade, contribuindo para a coesão territorial, tantas vezes esquecida na ação dos sucessivos governos.

E é neste contexto que consideramos que esta iniciativa e estes encontros são de enorme importância, mas que não pode ser uma ação desgarrada, mas sim inserida num contexto de ação estratégica e concertada, que permita tirar conclusões e consequências, e ser um

motor para outras ações, iniciativas, projetos e permita criar dinâmicas de aceleração de parcerias e negócios/investimento.

Nesta equação, os municípios portugueses e os seus autarcas devem estar cada vez mais envolvidos, mais comprometidos e, obrigatoriamente, mais próximos das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, e que um dia deixaram as suas raízes à procura de novas oportunidades. É por isso fundamental envolver os autarcas e chamá-los a participar nestes encontros PNAID, e não apenas aqueles que recebem os encontros nos seus territórios, procurando assim sensibilizá-los para esta realidade e para este desafio.

No entanto, justiça seja feita, do universo dos 308 municípios portugueses, muitos são aqueles que já perceberam e estão ativamente sensíveis para esta realidade e este desafio, inclusivamente, com evidências claras de já serem beneficiários nos seus territórios deste investimento das comunidades portuguesas.

Este não é uma caminha fácil e curto, diria que é uma caminhada, mas que precisa que sejam dados passos, e este encontros são sem dúvida passos importantes.

“Uma jornada de mil quilómetros precisa começar com um simples passo.” – Lao Tzu

Portugal começou recentemente a comemorar efemérides com 500 anos e felizmente não faltarão motivos de celebração nos próximos tempos. Não querendo ser exaustivo, refiro por exemplo à recente comemoração dos 500 anos do nascimento de Fernão Mendes Pinto, que escreveu um livro memorável com o título “Peregrinação”, e os 500 anos da nossa relação com Macau.

Para o ano festejaremos o nascimento de Luís Vaz de Camões, que muito viajou por esse mundo fora e nos brindou com a sua magnífica obra “os Lusíadas” e que se conta terá escrito em apaixonado por uma chinesa em Macau.

Ainda hoje, Portugal tem dificuldade em reconhecer o mérito de escritores e investigadores portugueses em vida, e muitas figuras de grande valor morrem pobres e esquecidos pelos seus, como também é

exemplo disso, Aristides de Sousa Mendes. Vivemos os 500 anos de Fernão de Magalhães, e como não fazer a sua viagem de circunavegação pela mão do investigador Joaquim Magalhães de Castro, numa viagem imersiva com a ajuda do seu último livro ”Portugueses no Extremo Oriente Antes e Depois de Fernão de Magalhães”. O mundo nunca mais foi o mesmo.

Este livro muito contribuiu para a verdade histórica deste período e para manter na nossa memória a história do mundo, de Portugal e dos portugueses. Tendo em conta estes livros citados e tantos outros semelhantes, percebemos que os portugueses estiveram desde muito cedo em todos os continentes, lutando, vivendo e amando, por isso, não nos podemos admirar que os portugueses se tenham fundido com quase todos os povos e se tenham

| A I L D

Portugueses pelo mundo

tornado nativos de tantos lugares. Ainda hoje se descobrem os filhos do império esquecidos por esse mundo fora, que nutrem com orgulho a sua identidade portuguesa, apesar não terem um cartão de cidadão. É difícil ir a algum lugar e não encontrar portugueses ou os seus lusodescendentes. Uma guerra em qualquer parte do mundo, provoca com grande probabilidade vítima entre os lusodescendentes, no entanto, perseguem-se e matam-se lusodescendentes sem provocar grandes reações por cá e por isso, não ficámos muitos admirados, que praticamente ninguém reaja à morte e rapto de lusodescendentes ocorrida, no passado dia 7 de outubro, pela mão dos assassinos do Hamas que sem qualquer preconceito matariam qualquer pessoa que encontrassem nesse dia e raptariam outras para as matar de outra maneira.

Seria interessante saber se os políticos portugueses que simpatizam com este tipo de movimentos, já intercederam pelos lusodescendentes que o Hamas ainda não matou.

Aqueles que reagiram à resposta de Israel, talvez sem querer, consigam salvar os lusodescendentes que estão na faixa de Gaza e não me refiro aos que foram raptados.

É crucial saber a veracidade da notícia do Expresso acerca da intervenção de um dirigente do Hamas numa Universidade portuguesa, identificar a universidade, os promotores da iniciativa e o conteúdo de propaganda destes assassinos difundidos entre os estudantes.

Existe uma diferença civilizacional: os que vivem para matar os outros por questões identitárias e os que matam para não serem exterminados.



EMPRESA ASSOCIADA

BTOCNET

Como surgiu a empresa BTOCNET?

A BTOCNET surge a partir de uma sucessão curiosa de acontecimentos! Em 2010, Portugal passou por uma grande transformação normativa na área da contabilidade. Nós tivemos a oportunidade de ministrar centenas de ações de formação sobre o tema e foi aí que percebemos uma coisa: havia espaço no mercado para quem quisesse aplicar as boas práticas das grandes empresas ao mundo das micro e pequenas entidades. Havia espaço para tornar a contabilidade num instrumento de suporte à gestão e fazê-la ir além do tradicional papel de “pólicia” das obrigações fiscais.

Nasce assim a BTOC Consulting.

O mercado acaba por reconhecer o que fazíamos e o negócio viu um crescimento rápido, alavancado pelo processo de internacionalização - que não foi planeado. O que hoje reconhecemos como “internacionalizar”, na altura foi apenas seguir o nosso ADN e apoiar alguns clientes que nos pediram ajuda, numa visão mais global da fiscalidade - e em processos de fusão e aquisição.

Por estes dias, chegávamos diretamente a dez países e indiretamente a mais de quarenta. E foi então que decidimos inovar no nosso modelo de negócio, para dar lugar à BTOCNET: uma rede de escritórios independentes, que partilham entre si a força do grupo.

Conseguimos assim resolver o eterno dilema dos escritórios de contabilidade:

- Crescer deixou de significar abdicar da relação de confiança e proximidade com os clientes;
- Ter relação com os clientes deixou de significar abdicar de crescer e ter “massa crítica” para investir em ferramentas tecnológicas, certificações, formação, força de vendas, capacidade de recrutamento e retenção de talento.

Qual é a vossa visão, missão e valores?

A visão: ambicionamos ser reconhecidos, a nível nacional e internacional, como uma rede de escritórios de contabilidade que antecipa as necessidades do cliente e lhe cria valor. Vive-mos assentes no talento de um grupo de profissionais qua-



José Pedro Farinha, Chairman BTOCNET

lificados e investidos na prestação de serviços de excelência. A nossa missão é garantir a segurança fiscal dos nossos parceiros e ajudá-los a decidir: para maximizar a rentabilidade das empresas que apoiamos, de forma célere, próxima e fiável. Naturalmente, a prosperidade e capacitação dos membros da rede também é causa-bandeira para a organização. Os nossos valores são: integridade, co-realização, competência, inovação, Respeito pelas pessoas e pelas organizações e flexibilidade.

Quais são os principais serviços disponibilizados pela BTOCNET e a quem se destinam?

- Acompanhamos o desenrolar da atividade das organizações, do ponto de vista contabilístico, fiscal, administrativo e financeiro, dando assim o nosso contributo para melhorar os resultados dos nossos clientes;
- Garantimos que os escritórios da rede estão capacitados e munidos de todas as ferramentas necessárias para prestar um serviço de contabilidade completo: onde, além do cumprimento legal e fiscal, garantem informação financeira retrospetiva e prospetiva de valor acrescentado para o suporte à decisão;

- Planeamentos do cumprimento de todas as obrigações e incentivos relacionados com o processamento de salários;
- Prestamos consultoria financeira e fiscal, para que os nossos parceiros possam melhorar a sua performance ou estudar e implementar processos de fusão e aquisição, candidaturas a fundos comunitários e outras fontes de financiamento.

O que vos distingue da concorrência?

O que nos distingue da concorrência é, sem dúvida, o modelo de negócio inovador. A BTOCNET é um grupo de contabilistas independentes, que se aliam em competência e recursos, tendo como resultado dessa aliança a capacidade de aumentar o valor dos seus serviços.

Graças a essa comunidade, vamos aumentando a força do grupo e a capacidade de fazer mais e melhor. Aumentam os investimentos em capacitação, inovação, qualidade e segurança. E aumentam também o número de parceiros e clientes que podem interagir entre si - através da nossa plataforma interna. É vantajoso, para todos, a todos os níveis.



Quais as metas que a BTOCNET pretende alcançar?

Com esta transformação da BTOC em BTOCNET, acabámos por parar a maioria das nossas operações internacionais para nos focarmos no desenvolvimento da rede em Portugal.

Hoje estamos capazes de consolidar a operação em Portugal, almejamos ter presença em todos os distritos no prazo de um ou dois anos e ter presença na maioria dos municípios em seis ou sete anos.

Sentimo-nos igualmente capazes de voltar a um processo de internacionalização deste modelo de negócio e, desta forma inovadora, prestar “serviços de contabilidade” através de parcerias com atores em outros países.

É evidente que acreditamos muito no conceito da Lusoseseira: que nos alude à expansão em países de língua portuguesa ou com uma forte presença da nossa diáspora, destacando os lusodescendentes que partilham connosco este orgulho português e esta nossa capacidade de inovar e desenvolver negócio à volta do mundo.

Que importância tem a internacionalização para a BTOCNET?

A internacionalização foi determinante para o que somos hoje. Graças a esse processo abrimos horizontes, conhecemos outras culturas, outros mercados, outros normativos

e outros clientes. O nosso crescimento global e também em Portugal deveu-se muito ao cross-selling proporcionado entre vários mercados - e à nossa capacidade de apoiar outras empresas no processo de internacionalização e até em ações comerciais.

Devido a esta “globalização” da marca, tivemos o privilégio de contribuir ativamente para a constituição de várias câmaras de comércio internacionais, associações empresariais, federações que juntam associações e câmaras de comércio, Ordens Profissionais, etc. E esta conjuntura permitiu alargar a nossa rede de conhecimentos, rumo a novas ligações que se revelaram muito úteis para o nosso crescimento e para o crescimento dos nossos clientes.

Na nossa associação (da qual agora fazem parte) a cultura assume um papel de relevo, nas diferentes ações que anualmente são promovidas. Como vê o apoio das empresas a estes eventos e se considera uma responsabilidade social das empresas a promoção da cultura?

Consideramos que a cultura é muito mais que uma ação de responsabilidade social: é a base de todas as ações que podem promover os negócios.

No nosso processo de internacionalização, tivemos a oportunidade de co-organizar diversas feiras, congressos e confe-



rência; e graças a eventos culturais inseridos nestes projetos, foi mais fácil aproximar pessoas e organizações.

Não podemos almejar “vender” a nossa Portugalidade sem pensarmos em levar nela a nossa cultura. Não podemos almejar “vender” produtos e serviços em outros mercados sem conhecermos a sua cultura. Se as empresas quiserem ter sucesso nacional ou internacional devem apoiar e promover as várias dimensões culturais da atividade empresarial.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais são as vossas expectativas?

Quando tive conhecimento deste projeto, fiquei muito feliz e desde já vos congratulo pela iniciativa.

Já tive oportunidade de colaborar em vários projetos em torno da Língua Portuguesa, dos quais destaco a UCALP (União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa), a SINOPLPE (Federação de Associações Empresariais da China e dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola), entre várias outras câmaras de comércio entre estes países; e por isso entendo muito bem os motivos da AILD e vejo com grande expectativa as várias oportunidades de negócios, consultoria e partilha de cultura entre toda esta comunidade que tem em comum o seu amor a Portugal.

Estou certo que em breve vamos poder participar em feiras de negócios internacionais, congressos temáticos e eventos culturais que serão de alto valor acrescentado para todas esta comunidade.

Bem Haja pelo vosso trabalho!



João Vieira
Diretor Geral AILD - Negócios & Empresas



GRANDE ENTREVISTA

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

JOÃO GOMES CRAVINHO



Autor, diplomata, académico, político. São muitas as facetas de João Gomes Cravinho, o rosto por detrás do Ministério dos Negócios Estrangeiros do XVIII Governo Constitucional. Aos 59 anos, e após vários cargos políticos de destaque, assume a liderança do Ministério responsável por formular, coordenar e executar a política externa de Portugal, naquele que é “um momento profundamente atrabalhado e transformativo da política internacional”.



© Tiago Araújo

Nasceu em Lisboa, em 1964, é Doutorado em Ciência Política, pela Universidade de Oxford, e com mestrado e licenciatura pela London School of Economics. Foi docente e entre 2001 e 2002, presidiu ao Instituto da Cooperação Portuguesa. Entre março de 2005 e junho de 2011, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, nos XVII e XVIII Governos Constitucionais. Foi embaixador da União Europeia no Brasil, desde agosto de 2015 a outubro de 2018, tendo desempenhado o mesmo cargo na Índia entre 2011 e 2015. Foi Ministro da Defesa Nacional e desde março de 2022 é Ministro dos Negócios Estrangeiros do XXIII Governo Constitucional. Deixando as posições e ofícios de lado, quem é João Gomes Cravinho?

Creio que devo sobretudo reconhecer que sou um privilegiado. Foi-me dada a oportunidade de estudar em algumas das melhores universidades do mundo, foram-me dadas oportunidades profissionais que muito me honram, e tenho tido a possibilidade de colaborar e trabalhar de perto com equipas notáveis de gente que muito admiro e com quem pude gerar relações de amizade.

Com esse privilégio vem responsabilidade, e desde logo a responsabilidade de utilizar todos os instrumentos à minha disposição para gerir a política externa portuguesa num momento profundamente atribulado e transformativo da política internacional.





Do seu vasto currículo destaca-se a passagem pela docência, tendo exercido atividade enquanto professor de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e professor convidado no ISCTE e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. O que de melhor guarda ainda hoje desta passagem pelo ensino?

Creio que muitos professores dirão o mesmo: os alunos. É um prazer muito grandevê-los a crescer, intelectualmente, a amadurecer como pessoas, e quando alguns anos mais tarde os encontramos em circunstâncias profissionais que são realizadoras e motivadoras, temos a sensação muito recompensadora de termos de algum modo contribuído para essa realidade. É isso que faz com que tudo valha a pena. Mas quero também sublinhar a grande amizade e a admiração que nutro por colegas, particularmente os que foram meus companheiros no processo de criação e consolidação da licenciatura em RI em Coimbra.

É também autor do livro “Visões do Mundo” (2002) e publicou numerosos artigos em revistas académicas especializadas e em jornais sobre temas relacionados com Política de defesa, Cooperação e Relações internacionais. Autor, diplomata, académico ou político, em qual destes papéis melhor se revê?

Creio, espero, que se complementem. Foram diferentes momentos da minha vida, mas cada experiência contribui para uma versão mais madura e mais completa no momento seguinte. Neste momento, enquanto MNE, tenho a sensação de que todas as minhas experiências anteriores concorrem para me dar uma visão mais completa das minhas funções, e não há dia em que não me lembre da relevância de alguma experiência passada para os desafios do presente. Dito isso, creio que o momento atual, em que vivemos com a guerra que a Rússia quis mover contra a Ucrânia, a par de uma gravíssima crise no Médio Oriente, e, mais profundamente, sinais muito perturbadores de uma ordem internacional em degenerescência, creio que devemos todos reconhecer que temos de utilizar as nossas experiências do passado para reconhecer com humildade que nos con-

frontamos com circunstâncias radicalmente novas, e que tudo aquilo que soubemos e aprendemos no passado precisa de ser temperado com a disponibilidade de aceitar que em nosso redor são muitas as dinâmicas novas.

Desde 2022 integra o executivo de António Costa, tendo sido a escolha do primeiro-ministro para substituir Augusto Santos Silva no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. O que o levou a aceitar este desafio?

Em primeiro lugar, posso dizer que me sinto inteiramente sintonizado com o projeto político liderado por António Costa desde finais de 2015. De algum modo, a política externa é por vezes considerada um mundo à parte, com um elevado grau de continuidade na interpretação do interesse nacional, mas ao mesmo tempo é evidente que o Ministro, quem quer que seja, tem de estar disponível para ser a face externa, junto dos seus homólogos, daquilo que são as opções políticas assumidas pelo país.

Segundo, o momento em causa era um momento muito difícil, atendendo à invasão da Ucrânia pela Rússia cerca de um mês antes da formação do novo governo, e como Ministro da Defesa eu tinha acompanhado em pormenor as nossas posições e as dos nossos aliados sobre a guerra, estando, portanto, bem preparado para assumir as novas funções.

Terceiro, mas mais importante do que qualquer consideração prévia, ao longo de muitos anos consolidei uma vocação para o serviço público, e para quem tem essa vocação não pode haver honra maior do que servir o seu país em funções de responsabilidade como estas.

Entre março de 2005 e junho de 2011, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, nos XVII e XVIII Governos Constitucionais. Podemos afirmar que esta passagem pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação lhe deu alguma da bagagem necessária para hoje assumir a grande pasta deste Ministério?

Sem dúvida. A minha formação inicial foi em Relações Internacionais e fui igualmente professor de RI,



© Tiago Araújo

mas a experiência prática de ter sido SENEC durante seis anos deu-me uma grande proximidade àquilo que é o funcionamento quotidiano do Ministério de Negócios Estrangeiros. Conheço bem muitos diplomatas, conheço bem os procedimentos, conheço também as dificuldades com que a “Casa” se confronta. O facto de ter tido uma experiência externa, enquanto embaixador da UE no quadro do Serviço Europeu de Ação Externa deu-me a possibilidade de comparar com outras realidades, e isso também enriquece muito o leque de ideias com que procuro desempenhar as minhas funções.

É responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros formular, coordenar e executar a política externa de Portugal. Decorrido pouco mais de um ano E MEIO desde a tomada de posse, que balanço faz deste mandato e quais os principais desafios que se esperam?

Apesar de o mandato ainda ser curto, tem sido extremamente exigente. Mas o balanço é bastante positivo e, mesmo não querendo ser muito exaustivo, gostaria de deixar alguns

exemplos de resultados que temos vindo a alcançar em algumas áreas chave de intervenção da nossa política externa: Desde que deflagrou a guerra da Rússia contra a Ucrânia, Portugal mantém-se ativo no quadro multilateral e bilateral, apoiando o esforço de resistência do país.

Lançámos a aplicação Consulado Virtual, com o objetivo de desmaterializar os atos consulares que não requeiram a presença física no posto.

Estamos a executar o projeto de digitalização do Ensino do Português no Estrangeiro, que aposta na aquisição de conteúdos, ferramentas, plataformas digitais e distribuição de equipamentos, para a capacitação de professores e alunos, quer em modelos presenciais, online ou híbridos.

Aumentámos bastante, e iremos continuar a aumentar, os apoios atribuídos às associações portuguesas na diáspora.

Realizámos várias ações de grande envergadura para a promoção externa da cultura portuguesa, como a Temporada Cruzada Portugal-França, a Bienal Internacional do Livro de São Paulo e a Feira do Livro de Lima, bem como a celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa ou agora a celebra-



© Tiago Araújo

ção dos 50 anos do 25 de abril. As exportações portuguesas atingiram, em 2022, 50 por cento do PIB, meta estabelecida apenas para 2026. Totalizaram 120 mil milhões de euros, um recorde, e um crescimento de cerca de 34 por cento em relação ao ano anterior.

Do ponto de vista da nossa ação diplomática, continuámos a privilegiar as relações com os países com os quais temos já longas relações de cooperação, mas também a desenvolver os nossos laços com outros países em regiões prioritárias para Portugal como o Norte de África, a África Ocidental e a América Latina. A ação externa nacional continua igualmente a privilegiar uma defesa inequívoca do multilateralismo, tão importante em momentos de turbulência como vivemos hoje. Portugal irá acolher, por exemplo, em 2024, o 10.º Fórum Global da Aliança para as Civilizações, iniciativa de que o ex-Presidente Jorge Sampaio foi o seu primeiro Alto Representante.

Estes são alguns exemplos do que já fizemos e estamos a fazer. Queremos naturalmente dar continuidades a esta linha de atuação e a cumprir o Programa de Governo.

Como os principais desafios e os fatores de mudança da ordem mundial afetam a política externa portuguesa e de que forma esta se tem adaptado e evoluído na prossecução dos interesses que lhe subjazem?

A pandemia Covid-19 e a guerra que a Rússia lançou contra a Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, sem esquecer a situação mais recente que enfrentamos, com o agudizar da instabilidade no Médio Oriente, mostram que os países são cada vez mais interdependentes. Essa interdependência exige que conheçamos muito bem as nossas prioridades e aquilo que por que pugnamos, todos os dias, do ponto de vista externo. A pertença ao espaço europeu, a ligação transatlântica, a Luso-fonia (e com isso a ligação aos continentes onde os PALOP e Timor-Leste se encontram), a valorização da nossa diáspora, a internacionalização das empresas e, claro, o multilateralismo são pilares inquestionáveis da nossa diplomacia.

Mas o momento é de mudança, de redefinição – o que exige um real investimento no exercício de uma diplomacia ativa, capaz de construir pontes e encontrar os parceiros mais fiá-



© Tiago Araújo

veis nas mais variadas áreas (mesmo naquelas em que pensamos já ter encontrado aquilo que precisávamos).

Num mundo tão fragmentado como aquele em que vivemos, encontrar parceiros credíveis e fiáveis para com eles trabalhar nos grandes desafios que enfrentamos é essencial para o futuro da ordem internacional.

Os casos da energia ou do acesso a financiamento são particularmente paradigmáticos. Depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, foram muitos aqueles que tiveram de diversificar as suas fontes, enquanto outros tantos se viram em fortes dificuldades económicas para honrar as suas dívidas e potenciar o desenvolvimento dos seus territórios. Portugal tem dado cartas desse ponto de vista no plano internacional – a nossa liderança é reconhecida na opção pelas renováveis e

agora também no apoio a países como Cabo Verde, ao aceitar reconverter dívida em investimento útil para o país, neste caso, focado nas transições azul e verde.

Recentemente, referiu que “dentro da própria União Europa” se vivem “igualmente tempos transformativos”, pelo que a mesma deverá “transformar-se numa potência geestratégica” e para a qual se apresentam as “três prioridades inelutáveis”: “ter um caminho claro para o relacionamento com a vizinhança”, “o regresso da Europa ao estatuto de superpotência comercial” e não adiar “a Europa da Defesa”. Que medidas concretas existem ou poderão ser implementadas para alcançar estas três prioridades numa Europa em transformação?



© Tiago Araújo

Num período de elevada instabilidade em que grandes atores globais agem fora das instituições multilaterais, uma Europa geopolítica, capaz de agir e falar autonomamente e em conjunto, é a única maneira de não sermos arrastados por dinâmicas que não controlamos. Para isso é essencial dar uma perspetiva europeia aos países da nossa vizinhança, através de um processo de alargamento mais dinâmico, que será muito exigente nas reformas de ambos os lados, não só dos países candidatos como da própria União Europeia. A União Europeia já é uma superpotência do ponto de vista regulatório; para que volte a sê-lo do ponto de vista comercial é necessário que faça investimentos conjuntos que lhe permitam relançar a política industrial europeia nas áreas do futuro, da transição verde à inteligência artificial, não só legislando para essas novas áreas para estabelecer standards globais, mas também planeando e prevendo cadeias de abastecimento mais curtas e seguras. Sem esquecer os acordos comerciais de livre comércio que são fundamentais para que a UE possa tirar partido do seu peso enquanto mercado transnacional mais integrado do mundo. Finalmente, a Europa da defesa pode depender, no imediato, de projetos conjuntos em termos de fabrico e manutenção militar, enquanto aprofundamos e reforçamos o pilar europeu da NATO.

Cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros assegurar a representação do Estado português junto de outros países e de organizações internacionais, através da sua rede externa de embaixadas, missões permanentes e postos consulares. Atualmente, quantas embaixadas, consulados e representações e missões não permanentes fazem parte da rede diplomática de Portugal?

Portugal conta, atualmente, com uma Rede Externa que integra 134 missões diplomáticas e consulares.

A rede é extensa e, diariamente, serve um número bastante significativo de pessoas. Contudo, regularmente, notícias dão conta dos inúmeros constrangimentos da rede diplomática portuguesa. Falamos, por exemplo, da enorme dificuldade na obtenção de agendamentos na rede consular em tempo útil ou até da falta de recursos humanos qualificados. De que forma o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem procurado acompanhar com proximidade e atenção esta situação?

Gostaria desde logo de destacar que temos vindo a recuperar a dinâmica pré-pandemia, com o número de atos consulares realizados, até ao final do ano passado, a ter atingi-



© Tiago Araújo

do o nível de 2019, pelo que tudo aponta para que este ano os resultados sejam ainda melhores.

Estamos, no entanto, conscientes dos constrangimentos que temos, e que não são iguais em cada Posto, pelo que estamos a colocar mais recursos e mais eficiência na gestão da rede.

A contratação de mais funcionários, a criação de mecanismos de substituição de trabalhadores mais ágeis, o reforço de pessoal em Postos ou épocas críticas, melhorias e robustecimento das nossas plataformas, nomeadamente de agendamentos, sem esquecer o desenvolvimento do Consulado Virtual, são exemplos do trabalho que estamos a fazer de melhoria deste serviço de proximidade aos nossos concidadãos.

Recentemente, o Conselho das Comunidades Portuguesas alertou também para a questão da “organização de toda a rede consular, que precisa de ser reestruturada de forma profunda para refletir não só os novos fluxos migratórios, mas também a evolução demográfica das próprias Comunidades.” Concorda com esta afirmação? Por onde poderia passar esta reestruturação?

A gestão da rede consular e a alocação de recursos em cada um dos postos dessa rede tem, naturalmente, alguns critérios que são permanentes e que refletem, por exemplo, a dimensão e importância das comunidades portuguesas locais. Mas, concordamos todos, que a rede não é estática e não se reduz a um pendor administrativo, porque con-



© Tiago Araújo

templa também as, não menos importantes, componentes do apoio social, da promoção cultural e económica. Concordamos também que a rede deve ajustar-se aos fluxos migratórios, como aliás está plasmado na análise do Observatório de Emigração. E é esse trabalho que fazemos, o de dinamizar uma Rede que é, ela própria, dinâmica, tendo em conta os interesses do país, nomeadamente nos domínios de que falei – sociais, económicos e culturais.

A ação externa do MNE em matéria de cooperação para o desenvolvimento e promoção da língua e da cultura portuguesas é prosseguida pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., sob a superintendência e tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Tendo a Língua Portuguesa um papel agregador e de coesão da nossa identidade e sendo um fator de unidade nacional, em particular nas nossas comunidades espalhadas pelo mundo, torna-se cada vez mais importante o investimento do seu ensino no estrangeiro, em particular aos lusodescendentes?

As áreas que refere são muito importantes e o Camões, I.P. é um ator fundamental para a política externa portuguesa. A Cooperação Portuguesa, desde logo, está a amadurecer a olhos vistos. A nova Estratégia para a Cooperação Portuguesa até 2030 é um passo importante para consolidar o papel de Portugal enquanto parceiro natural e de confiança, reconhecendo as novas facetas deste ativo na nossa política externa. Isso acontece no plano bilateral com os habituais países parceiros (como são os PALOP e Timor-Leste), mas também com novos parceiros como a Colômbia ou o Senegal. Mas também é verdade no âmbito da União Europeia, em nome da qual o Camões executa projetos sob a forma de cooperação delegada em vários países e setores. Do ponto de vista orçamental, conforme proposta aprovada para 2024, vamos conseguimos voltar a duplicar a verba alocada ao Camões para projetos, programas e ações, dispondo de 40 milhões de Euros. Anunciámos também, há poucas semanas, o reforço do investimento nacional nas Bolsas de Estudo destinadas aos PALOP e Timor-Leste para frequentar o Ensino Superior português.



© Tiago Araújo

Apostamos igualmente no posicionamento do Português como língua global, não se cingindo apenas a um veículo de comunicação, ou a uma expressão cultural. Tem também uma valência enquanto língua de negócios, língua de política e de diplomacia, e língua de impacto social, através dos projetos da Cooperação Portuguesa. O gradual aumento do número de alunos, professores e escolas (do ensino básico ao superior), em que a língua e cultura portuguesas são ensinadas, é prova do nosso esforço nesta dimensão da nossa atuação.

A Ação Cultural Externa é outra forma de projetar a língua e cultura portuguesas. Em 2022 foram realizadas mais de 2560 ações de promoção cultural no estrangeiro.

O Plano de Recuperação e Resiliência terá um papel extraordinário neste esforço de consolidação do ensino do português no estrangeiro. Mas será suficiente?

O PRR atua sobretudo na dimensão digital, através da medida “Digitalização do Ensino do Português no Estrangeiro”, como disse há pouco. Importa continuar a trabalhar para, não só aumentar o número de alunos, como também para

negociar a presença do ensino da nossa língua nos vários sistemas de ensino no estrangeiro, nos respetivos currículos de estudos, concorrendo para o posicionamento do Português como língua global. É um trabalho que tem sido feito de forma gradual: em 2015 tínhamos o ensino da língua e cultura portuguesa no sistema curricular de 10 países e hoje já temos em 35 países.

Desenvolver as relações bilaterais com os países próximos e aliados, assim como a participação nacional nos temas mais prementes nas instâncias multilaterais, afirmando o papel indispensável de Portugal na ligação entre a Europa, o Atlântico Norte e o resto do Mundo, foi definida como uma das prioridades do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Dito isto, como vão hoje as relações bilaterais de Portugal?

Portugal exerce uma diplomacia a 360º – isto é, procuramos desenvolver as relações bilaterais de forma abrangente, capitalizando, sempre que possível, as ligações históricas, culturais, económicas e político-diplomáticas.

Dou como exemplo algumas iniciativas emblemáticas já



© Tiago Araújo

ocorridas neste mandato: as Cimeiras luso-espanholas anuais, em Espanha e em Portugal; as Reuniões de Alto-Nível entre Primeiros-ministros de França e Portugal retomadas em 2023 (não tinham lugar desde 2015); a intensificação das relações com o Brasil, em particular com a retoma da Cimeira Luso-Brasileira em 2023 e múltiplas visitas de alto nível; retomámos Cimeiras ao nível de Chefe de Governo com parceiros estratégicos como Marrocos e Moçambique; avaliamos e expandimos a nossa cooperação económica e setorial ao realizar as Comissões Mistas ao nível ministerial com países como a Argélia, a Arábia Saudita e o Senegal; inaugurámos o formato de reuniões conjuntas de Ministros de Negócios Estrangeiros e da Defesa fora da Europa com um baluarte do multilateralismo – o Gana; para além de Visitas Oficiais e Visitas de Estado a múltiplos países que permitiram dar um novo impulso aos laços bilaterais – de Angola ao Canadá, passando pelo Vietname, pelo Chile e por Timor-Leste.

As recentes pretensões de cooperação com o Senegal nos setores das pescas, portos e outras atividades ligadas ao mar, e na formação nas áreas do turismo e da diplomacia, e de cooperação nas energias renováveis com o Sudeste Asiático são alguns dos mais recentes passos dados com vista ao reforço da cooperação e das relações bilaterais do país?

Sim, estamos sempre em busca de aprofundar e alargar o nosso âmbito de cooperação – seja ele geográfico ou setorial. Por um lado, o Sudeste Asiático, onde existem raízes históricas e culturais, Portugal é visto como um destino apelativo para a expansão de empresas daquela região para os mercados europeus e lusófonos. É também uma região com a qual Portugal tem relações incontornáveis. Por outro lado, a África Ocidental é um espaço em que a larga maioria dos países são costeiros tal como Portugal, onde a proximidade geográfica representa uma vantagem e com os quais existe uma herança histórica e cultural notória.

Se pensar, por exemplo, na transição energética, Portugal tem vindo a implementar, de forma continuada e sustentada, políticas ambiciosas neste âmbito, que se iniciaram há 25 anos, quando o Governo português começou a criar, de raiz, um mercado para fontes de energia renováveis.

Ao mesmo tempo, o Mar e o Oceano têm sido sempre parte do nosso desenvolvimento político, social, económico – e temos conquistado um reconhecimento internacional pela forma como protegemos as nossas áreas marinhas, como contribuímos para a segurança marítima ou ainda como damos cartas em setores como a biotecnologia ou a aquicultura. Apostamos, por isso, no hidrogénio verde, na transição digital, na aquicultura e na pesca sustentável, ou ainda em solu-

ções eólicas offshore e no turismo sustentável. A qualidade das relações com os nossos parceiros será tão elevada quanto a nossa capacidade de identificar áreas de interesse comum para estreitar a cooperação. Este será um esforço que se intensificará de forma clara daqui em diante.

Recentemente afirmou, na cimeira da União Africana, que Portugal quer assumir um papel de charneira para “ajudar a União Europeia a perceber o que está a mudar no continente africano”. Disse ainda que o país está muito empenhado “em sublinhar dentro do espaço europeu esse interesse direto da União Europeia e, ao mesmo tempo, também interessados em identificar os necessários ajustamentos”, incluindo em termos políticos na União Europeia, por forma a apoiar o continente africano. Portugal é cada vez mais uma importante “ponte entre a África e a Europa”?

Acredito que sim. Portugal tem-no sido historicamente e só poderá continuar a sê-lo cada vez mais. Somos vozes reconhecidas em temas de extrema importância para os parceiros africanos. Penso nos oceanos, em que colaboramos muito com a atual Presidência da União Africana, a União das Co-mores, e na Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos que organizámos com o Quénia. Penso na paz e segurança, em que Portugal tem um papel de liderança na República Centro-Africana, mantém uma participação muito significativa no Sahel e investiu de forma muito concreta na resposta ao terrorismo em Cabo Delgado. Lembro-me também do financiamento e da dívida pública, com o compromisso nacional assumido para a reconversão de 12 milhões de Euros de dívida de Cabo Verde ao nosso país em investimento útil e produtivo para a transição climática e azul.

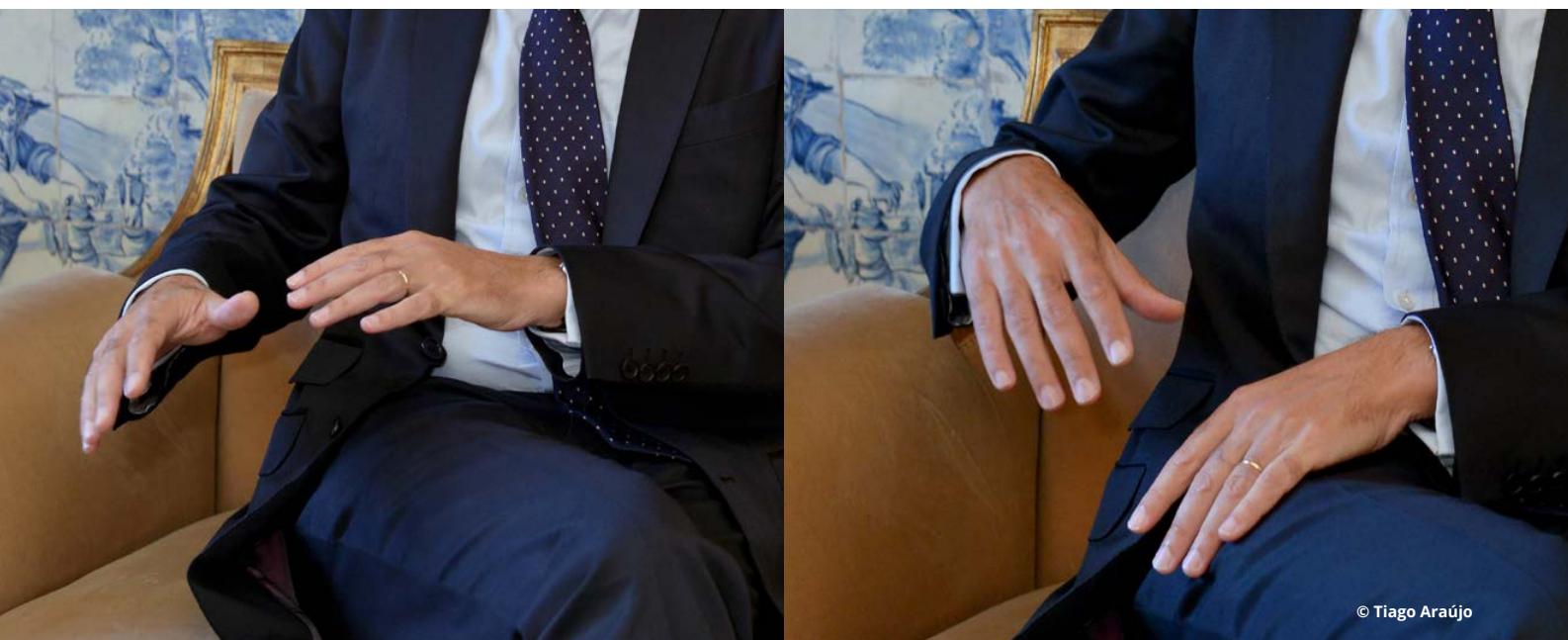
A presença do Senhor Primeiro-Ministro como único Chefe de Governo europeu na última Cimeira da União Africana, a convite daquela organização, é um sinal inequívoco do valor

que é reconhecido ao nosso país naquele continente. Num momento complexo, incerto como o atual, os parceiros africanos veem em Portugal um parceiro fiável, empenhado em responder aos seus problemas, construindo soluções que façam sentido para ambos.

O Acordo sobre Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um sinal disso mesmo também – da capacidade de querermos fazer mais em conjunto.

O apoio à internacionalização da economia portuguesa o fomento do investimento orientado a mercados externos, a captação de investimento estrangeiro e a promoção da imagem de Portugal e das marcas portuguesas no exterior, são outras das prioridades do Ministério. De que forma, o Ministério dos Negócios Estrangeiros pretende alavancar a internacionalização da economia portuguesa?

A internacionalização da nossa economia tem um papel fundamental na geração de riqueza, na criação de empregos, no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas e na qualificação dos nossos quadros. Através de uma abordagem estratégica e proativa, focamos os nossos esforços na captação de investimento estrangeiro, na projeção das nossas empresas portuguesas para mercados estrangeiros e no aumento das exportações, ao mesmo tempo que promovemos a notoriedade de Portugal e das suas empresas para lá do território nacional. A Carta de Missão que o novo Conselho de Administração da AICEP tem já nas suas mãos e sobre a qual já desenvolve trabalho, traça precisamente os objetivos centrais da Agência. Importa destacar também a criação de novas medidas como o novo sistema de incentivos dedicado a grandes projetos de investimento que, a partir de 2024, atribui 150 milhões de euros por ano, até 2027.





© Tiago Araújo

Atualmente, qual a importância que os Países Lusófonos podem ter no processo de internacionalização da nossa economia?

Além de Portugal ter uma ótima relação com todos os países lusófonos e procurar em permanência que as relações bilaterais se possam densificar no plano económico, gostaria de destacar que a CPLP tem hoje um novo pilar – o quarto – dedicado à cooperação económica, o qual já está também nos Estatutos da organização recentemente aprovados. Trata-se de um tema a que a Presidência angolana deu enorme relevo, organizando o I Fórum das Agências de Investimento e Comércio da CPLP e a I Reunião dos Ministros de Economia, Finanças e Comércio, que aprovou a Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica da CPLP 2022-2027 e o seu respetivo Plano de Ação. O caminho da cooperação económica deixa, assim, de ser apenas bilateral e é agora também feito através da CPLP.

Destacaria ainda, por fim, que o facto de os nossos parceiros lusófonos se situarem em vários continentes, permite ge-

rar um conjunto mais alargado de oportunidades, uma vez que cada um deles pertence a distintos espaços regionais, no âmbito dos quais pode estimular uma maior interação com os seus parceiros lusófonos e a CPLP. Portugal fá-lo com a União Europeia, mas não é caso único.

As Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo são um importante ativo para Portugal e para os seus territórios, além de verdadeiros promotores e embaixadores de Portugal no mundo. Como avalia a importância das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo no investimento nacional e na projeção de Portugal no mundo?

As nossas comunidades estão instaladas em todo o mundo e isso constitui um importante ativo de que Portugal dispõe. O seu movimento associativo é muito ativo. Não só na dimensão cultural e preservação de tradições, na medida em que existem cada vez mais redes de investigadores, autarquias, etc., bem como luso-eleitos, verificando-se um aumento gradual da sua capacidade de influência local.



© Tiago Araújo

Quanto à dimensão económica, o reconhecimento do papel da nossa diáspora está inscrito na nova Carta de Missão da AICEP, que já referi, e que inclui o um ponto importante: contribuir para a valorização do papel dos nossos empresários da diáspora e da língua portuguesa enquanto ativo económico e gerador de riqueza, como língua de negócios, de cultura, de ciência e conhecimento e de impacto social. Isto em parceria com a rede de apoio ao investidor da diáspora e o Camões. Nesta dimensão destaco ainda o Programa Nacional de Apoio ao Investidor da Diáspora e o nosso diálogo com o Conselho da Diáspora.

Falemos agora de um dos temas na ordem do dia: o conflito Israel - Hamas. Sabemos que tem mantido contacto frequente com chefes de diplomacia de países próximos do Médio

Oriente, para discutir os mais recentes desenvolvimentos da situação em Israel e Gaza. Dado os últimos desenvolvimentos e as consequências humanitárias devastadoras deste conflito, afirmou ser urgente investir na ação político-diplomática. Considera que neste caso apenas uma solução diplomática pode ser duradoura?

O que tenho sentido de todos os meus colegas com quem tenho falado – do Médio Oriente à Europa – é uma total convergência quanto à ideia de que só a via diplomática é que pode construir a paz duradoura e sustentável que procuramos e precisamos.

A via militar, única e exclusivamente, nunca poderá ser resposta, porque, eliminando-se a ameaça terrorista que o Hamas constitui, as profundas e válidas injustiças senti-



© Tiago Araújo

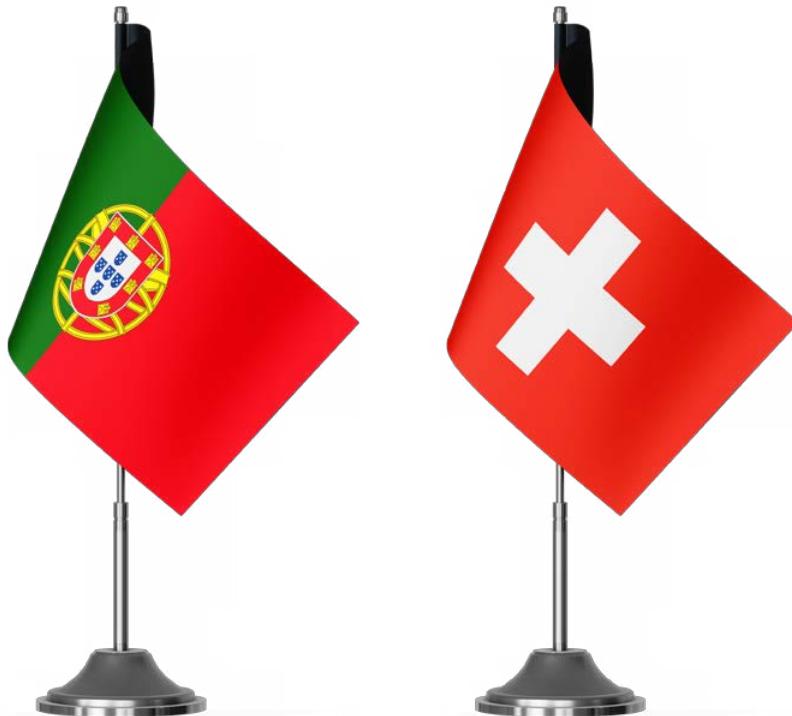
das pelo povo palestiniano, vertidas em inúmeras resoluções (ignoradas) do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, não desaparecerão – bem pelo contrário. As autoridades palestinianas abandonaram há 3 décadas a via armada com o objetivo de lograr uma solução negociada, pacífica e política – e nós temos de saber forjar esse caminho para a paz nesse espírito. A comunidade internacional tem a responsabilidade de fazer mais do que fez nos últimos anos e creio que a intensidade diplomática dos últimos dias revela bem essa consciência coletiva.

A comunidade internacional não tardou a condenar a ofensiva provocada pelo Hamas. Portugal mostrou-se solidário para com Israel, face aos ataques terroristas de 7 de outubro. Na sua opinião, qual o impacto que o conflito Israel-Hamas terá na segurança da Europa, mas também do mundo?

Qualquer foco de instabilidade, onde quer que seja no globo, constitui um fator acrescido de insegurança para todos nós. Isto é verdade na Ucrânia, no Sahel, no Cáucaso ou no Médio Oriente.

Toda e qualquer forma de terrorismo deve ser condenada – e foi isso que fizemos desde a primeira hora. As repercussões desta situação e o seu risco de alastramento regional são ainda particularmente difusos. O contágio a Estados mais frágeis como Líbano, Síria ou Iraque e o aproveitamento que outras organizações terroristas e Estados propensos ao extremismo (como o Irão) poderão fazer da atual situação são fatores determinantes no impacto global da instabilidade no Médio Oriente.

O momento é da diplomacia – para garantir a ajuda humanitária, para dialogar e evitar a escalada de violência, para evitar a morte de civis – e é com uma ação concertada que lograremos paz e estabilidade.



| DIPLOMACIA

Relações bilaterais Portugal-Suíça História e atualidade

Portugal e a Suíça, nações europeias centenárias, deram os primeiros passos de aproximação política em 1815 por via do reconhecimento português da neutralidade suíça na sequência da conclusão do já longínquo Congresso de Viena. Mas a designação de um diplomata português em Berna remonta a 1872, ou seja, há pouco mais de 150 anos.

A génese da presença diplomática portuguesa na Suíça consubstanciou-se sobretudo por razões políticas, tidas pelas autoridades nacionais à época como fundamentais para promover uma maior visibilidade do País numa Europa marcada por uma profunda transformação motivada pela Revolução Industrial. A monarquia, então a braços com a fragilidade financeira em

que o Reino se encontrava após a perda do Brasil e ainda hesitante com os caminhos a traçar em África, deu primazia no final do século XIX a reforçar os seus laços bilaterais com diversas nações europeias no quadro da paz negociada no Congresso já citado.

A designação em 1872 por Portugal do seu primeiro Enviado Especial Mi-

nistro Plenipotenciário na Suíça, Júlio Augusto Ferreira, Visconde de Santa Isabel, deu corpo mais estruturado ao que a história tinha vindo a sinalizar pontualmente até então, sobre a presença portuguesa na Suíça: o Conde de Ourém, primo do Rei D. Duarte, representou a Coroa no Concílio de Basileia (1436/7); esta cidade e Genebra receberam, respetivamente em 1533 e 1536, a visita de Damião de Góis; no século XVII a Catedral de Genebra passou a acolher os restos mortais de Emília de Nassau e sua filha mais velha Maria Belgia, antes residentes em Prangins junto do lago Léman; a mãe do futuro Duque de Palmela visitou em Genebra, em 1792, o Dr. Tronchin, médico de Voltaire; a Rainha D. Amélia passou temporadas em Ouchy; D. Duarte viajava no verão a Gun-

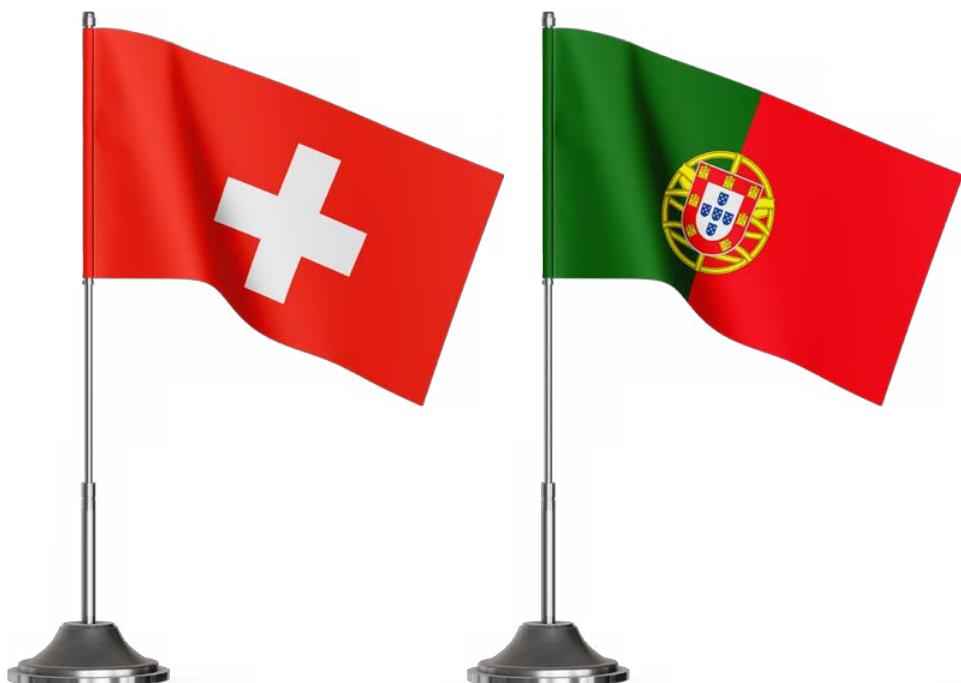
ten, junto do lago Thun; Eça de Queiroz e Ramalho de Ortigão passaram por Glion; e António Nobre percorreu no final do século XIX, sanatórios na Suíça para recuperar de doença.

Portugal adiantou-se assim substancialmente à Suíça, que só em agosto de 1945 designaria um Ministro Plenipotenciário residente em Lisboa.

Os primeiros anos da relação diplomática foram pautados sobretudo pelo estreitamento de interesses económicos mútuos (assim se compreendendo a negociação do primeiro Tratado comercial em 1873 e sua renegociação em 1905), pela celebração de um Tratado sobre a extradição de criminosos ainda em 1873, por uma Convenção Consular

celebrada em 1883, pela criação de um Tribunal Arbitral em Berna a pedido de Portugal, para ser dirimido o diferendo entre as autoridades nacionais e suas congénere britânicas e americanas sobre o caminho de ferro de Lourenço Marques (processo Delagoa que decorreu entre 1891 e 1900) e pelo reconhecimento suíço, mesmo antes da França, do regime republicano saído da revolução de 5 de outubro de 1910.

Hoje, um século volvido, as duas nações comungam de valores comuns em matéria da vivência de Estados de direito, são ambos membros das Nações Unidas, propugnam pela defesa dos direitos humanos, participam na Comunidade Política Europeia e são protagonistas de um multilateralismo ativo.



País receptor de emigração, onde um quarto da sua população residente provem do exterior, a Suíça conta hoje com cerca de 260 mil cidadãos portugueses a que acrescem perto de quarenta mil binacionais. A emigração nacional na Suíça, cujos primeiros dados estatísticos conhecidos remontam a 1880, aprofundou-se e ganhou relevância no início da década de oitenta do século XX, tendo atingido o seu número mais elevado em 2017 (quase 273 mil residentes). Plenamente integrados em todos os 26 cantões da Confederação, constituem a terceira mais importante comunidade estrangeira (11,7%), logo depois da italiana e da alemã e contribuem de forma efetiva e visível para a economia local, mas também para que a língua portuguesa seja o segundo idioma não oficial mais falado no país depois do inglês. Esperemos que em breve, aos cerca de dezasseis cidadãos nacionais já ativos na vida política comunal e cantonal, possam juntar-se os primeiros membros eleitos ao Conselho nacional na capital federal. As eleições ocorridas em outubro de 2023 já contaram com mais de vinte candidatos de origem portuguesa, todos detentores da nacionalidade suíça e de diferentes espectros políticos. Sinal do nível de integração alcançado, e de uma evolução social, consciente e competente que trará certamente frutos muito proximamente.

Aqui chegados, que futuro se pode adivinhar para a relação bilateral construída de forma sólida ao longo de mais de dois séculos? No campo político, tudo convoca ao estreitamento dos laços existentes seja por um mais intenso diálogo de alto nível (e a recente visita à Suíça de uma delegação Parlamentar chefiada pelo senhor Presidente da Assembleia da República assim o sinalizou), seja por ambos os países manterem vozes próximas nos diversos fóruns internacionais em que participam. E isto tanto por via da troca de apoios a candidaturas nacionais recíprocas, que tem decorrido de forma exemplar, como da partilha de posições comuns em sede das Nações Unidas ou da mais recente Comunidade Política Europeia. Mas a relação pode estreitar-se, também, em matéria

de cooperação para o desenvolvimento, sabendo-se como a Suíça abraça tais desígnios de forma tão sólida e comprometida, nomeadamente em países com os quais Portugal comunga numa inegável aproximação de visões e interesses. Se olharmos para a estratégia da cooperação portuguesa 2030 aprovada pela RCM n.º 121/2022, de 9 de dezembro, e para o programa da cooperação suíça que se projeta para o quadriénio 2025/2028 em consulta pública há algumas semanas (<https://www.news.admin.ch/newsd/message/attachments/79829.pdf>), facilmente encontramos diversa interseção de interesses comuns em áreas geográficas de particular sensibilidade e importância global, como sucede e cita-se como exemplo, o caso de Moçambique.

E assiste-se também no campo económico, a desenvolvimentos relevantes e promissores motivadores de uma maior intensidade na relação bilateral: a Suíça é o 11º mercado mais relevante para as exportações portuguesas de bens e serviços (o 2º de países europeus não pertencentes à União Europeia), um dos mais importantes mercados de origem de investimento estrangeiro em Portugal, em particular em áreas ligadas às novas tecnologias, setor farmacêutico e energias renováveis, e aquele de onde e para onde se mantêm elevados os fluxos de turismo e serviços, bem evidenciado pelos cerca de duzentos voos semanais que ligam ambas as nações, levados a efeito por quatro companhias aéreas ou seja, em cada dia, mais de um voo por hora.

Não há, assim, felizmente, razões para que esmoreça o contacto bilateral. Não se vislumbram obstáculos ou constrangimentos, por pequenos que sejam, que não possam ser vencidos no plano do diálogo político, económico, do investimento, do social, do ensino do português, da afirmação cultural, por forma a que todas estas vertentes contribuam para reforçar uma projeção externa da imagem de Estados modernos e inovadores, de que Portugal e a Suíça são, na prática, bons exemplos.



Júlio Vilela

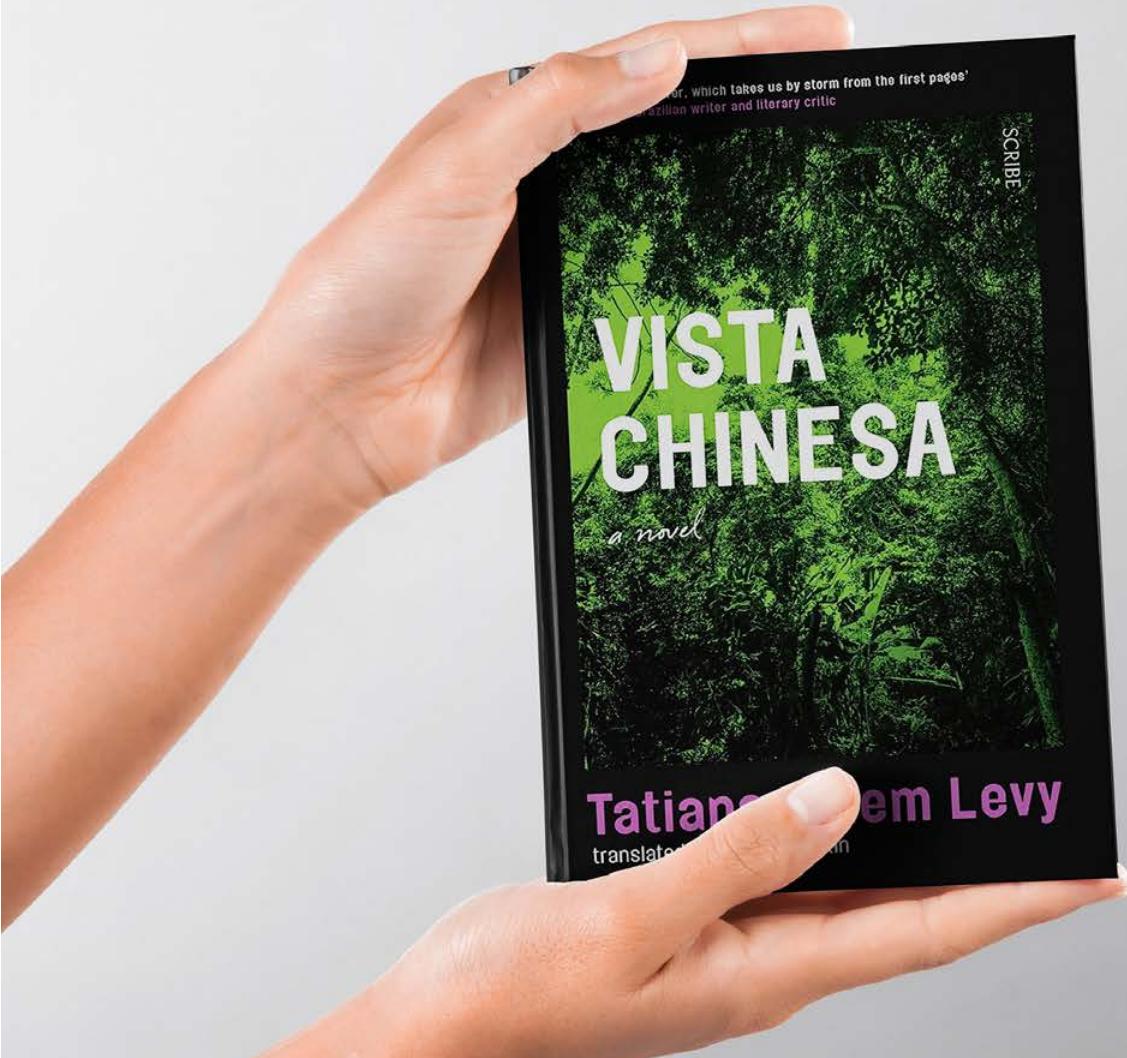
Embaixador de Portugal na Suíça
e no Principado do Liechtenstein

in **PORTUGUESE**
TRANSLATION

10th SESSION
VISTA CHINESA
by Tatiana Salem Levy
Translated by Alison Entrekin

Both author and translator will join us for
our meeting at Pint Book Club.
Saturday, 11 November 2023
13:00 h (GMT)

AILD / REINO UNIDO



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Algumas reflexões sobre o meu mandato



© Ricardo Silva

Candidatei-me ao Conselho das Comunidades Portuguesas em 2008 (em função até 2015) e em 2015, estando ainda em funções até Novembro de 2023.

Foi um período muito longo e com muitos factores que vieram prolongar o mandato, que deveria ser de 4 anos, em quase para o dobro; tivemos a pandemia, a queda do governo, novas eleições que garantiram a maioria absoluta ao Partido Socialista e por fim a longa discussão da nova lei que irá reger o próximo CCP a eleger a 26 de novembro de 2023.

Antes de me pronunciar sobre a nova lei gostava de fazer um balanço das actividades entre 2016 e 2023 feitas com os meus colegas na Alemanha e que na qualidade de presidente do Conselho Regional da Europa desenvolvi como convidado em alguns países da Europa Central.

As actividades dos Conselheiros eleitos pela Alemanha foram norteadas por problemas concretos que preocupavam a Comunidade: 1) Língua-Ensino-Cultura; 2) Rede consular de proximidade; 3) Questões sociais e segurança social na velhi-

ce; 4) Questões do movimento associativo na Alemanha; 5) Fomentar a participação cívica; 6) Acompanhar as evoluções na Comunidade.

Através dos encontros regulares com o Embaixador e seus colaboradores, com os Cônsules-Gerais, a participação nos Conselhos Consultivos estiveram os tópicos acima mencionados sempre em cima da mesa e foram uma constante da intervenção dos Conselheiros da Alemanha.

Nos diversos encontros formais e informais com os Secretários de Estado das Comunidades, Grupos Parlamentares na Assembleia da República, com os Deputados eleitos pelos Círculos das Comunidades, com o Presidente da República e membros da Casa Civil da Presidência da República também estes temas foram objecto de discussão e análise.

Uma vez por ano reunímos em Lisboa o Conselho Regional da Europa e as Comissões Temáticas. Aí debatemos e analisámos, na generalidade, as políticas do Governo para as Comunidades; através da discussão com os principais actores governamentais apresentámos, através do Conselho Permanente, as nossas propostas para alterar o curso de algumas políticas (infelizmente falámos muitas vezes para interlocutores que não estão dispostos a aceitar críticas). Nesses encontros também houve espaço para tratar dos problemas particulares de cada país ou de cada área consular.

Em concreto, no que diz respeito aos “casos particulares”, normalmente denominado por nós como “falar das suas capelinhas” tenho a realçar as tomadas de posição sobre o/a - racismo e o movimento PEGIDA; movimento associativo na Alemanha, funcionamento dos Consulados em regime de proximidade (jornadas de trabalho contínuo, Antenas e Permanências Consulares, abertura do Escritório Consular em Hattersheim em Frankfurt do Meno, desdobramento de mesas de voto para as eleições onde o voto é presencial); Cartão de Cidadão e a não aceitação do mesmo por inúmeras instituições bancárias na Alemanha; problema da dupla tributação e penalização na tributação das mais-valias; apelo à

inscrição nos cursos do Ensino de Português no Estrangeiro sensibilização dos responsáveis para simplificar as equivalências de diplomas escolares, académicos e profissionais obtidos no estrangeiro; recenseamento automático; participação em eventos organizados por professores (Lusitanidas), Conselhos de Integração, Federação dos Empresários, Missões católicas, etc.

Todo este processo foi acompanhado por informações enviadas à imprensa falada e escrita.

Outro vector da minha actividade foi a participação em actividades organizadas por colegas Conselheiros no Reino Unido, na Holanda, no Luxemburgo e em Genebra. Foram dias de intenso trabalho mas profícuos no que diz respeito à percepção de fenómenos político-sociais, como por exemplo o Brexit, o movimento associativo nos Países Baixos, o movimento sindical no Luxemburgo e por fim a importância da preservação da memória (homenagem a Aristides de Sousa Mendes em Genebra).

Por fim quero expressar a minha desilusão e pesar pela forma como foi conduzido o processo de auscultação, discussão e por fim a apresentação da proposta de lei para o Conselho das Comunidades Portuguesas e que foi votada na Assembleia da República (com os votos favoráveis do PS e do PAN) e depois promulgada pelo Presidente da República. Ficou tudo muito aquém das expectativas criadas pelos responsáveis pela tutela e pelos representantes dos partidos com quem conversámos.

Por fim uma nota pessoal: a aceitação do Conselho das Comunidades como parceiro para questões de aconselhamento do governo para assuntos que digam respeito às Comunidades terá que passar por uma visão diferenciada pela tutela; o grupo de Conselheiros eleitos representam a Comunidade Portuguesa espalhada pelo mundo e por isso devem ser tratados em pé de igualdade e sem os “tons paternalistas” com que é hábito tratarem as Comunidades.

Acabarem com discursos paternalistas que enaltecem a “importância da emigração” e decidam-se a resolver os problemas existentes nas comunidades de modo a facilitar a vida de todos (é para isso que os partidos / governos são eleitos!).



Alfredo Stoffel
Conselheiro das Comunidades Portuguesas
pelo Círculo Norte da Alemanha



© História Social de Angola

HISTÓRIA SOCIAL DE ANGOLA

Fátima Vasconcelos

A trajetória de uma Enfermeira e o Sistema de Reforma em Angola

Maria de Fátima Rodrigues Vasconcelos é a primeira dos 23 depoentes cujas memórias constam na primeira fase do Projeto História Social de Angola (HSA). Para além, deste contribuiu para confirmar certos factos descritos pela autora no livro “A Juventude Angolana no Período Pós Colonial: Contribuição à Análise Qualitativa”.

Introdução

Eu sou a Maria de Fátima Rodrigues Vasconcelos, natural de Luanda, nasci no muceque Rangel e tenho 81 anos de idade, casada, viúva há sete anos e tenho três filhos, dois rapazes e uma menina, muito bonitos, sou irmã de dez irmãos, seis falecidos e quatro vivos.

A minha infância não foi nada fácil e mesmo para começar a estudar eu e mais dois irmãos fomos os que aproveitamos mais, naquela altura havia muitas dificuldades, a minha mãe era doméstica e não havia grandes posses. Eu lembro-me de conversas das minhas irmãs sobre elas trabalharem de dia para estudarem à noite e mesmo assim só fizeram a quarta classe e só eu, a minha irmã Eduarda e o Lindo estudamos mais, eram elas que trabalhavam para ajudar os nossos pais, para podermos ter melhores condições de vida e estudarmos mais, portanto foi uma infância muito dura para não dizer mais.

Eu não vivi numa casa onde havia água canalizada e nem sequer luz elétrica, também naquela altura água e eletricidade não existiam. Eu morei na zona das Cajazeiras “estão a ver a bomba de gasolina, a praça de São Paulo”, eu morei por trás da bomba de gasolina agora há outro nome, o “Arreou Arreou”¹. Eu vivia no Marçal, não vale a pena as pessoas estarem a mentir, esta é a realidade dos factos².

Colonial

Uma aluna da Escola nº 8, Luanda, 1949

Eu estudei na Escola nº 8 que ainda hoje existe, talvez com outro número, é a escola que fica entre o Kinaxixi e o cemitério Alto das Cruzes. Houve coisas muito bonitas, muito boas, porque nós as colegas éramos muito solidárias, uma ia buscar a outra a casa e depois as duas iam buscar as outras e caminhávamos para a escola em fila, porque não íamos à escola nem de carro e nem de autocarro, a amizade era bonita por ser sincera.

Fazíamos as nossas brincadeiras, havia muitas alfarrobeiras como sabem são árvores que dão alfarroba, muito grandes e quando caiam as folhas para nós era uma alegria, havia casas com macieiras da índia e nós de quando em vez “às pedradas nos quintais dos vizinhos para apanharmos as maçãs”. Havia lutas entre meninos e meninas nas brincadeiras, não eram lutas para nos aborrecermos, não eram coisas agrestes. Jogámos muito ringue. Por exemplo, a Escola nº 8 contra a escola da Missão (aquela que fica ali, quem vai para Mutamba que pertence a Igreja Metodista). Aos sábados estudávamos também de manhã, mas quando saísssemos da escola combinávamos com colegas da mesma classe para jogarmos o ringue na escola delas ou na nossa, uns ganhavam outros perdiam e eram assim essas as nossas brincadeiras.

¹ Arreou Arreou é um refrão propagado pelos vendedores de mercados informais e ambulantes que significa que os preços baixaram e geralmente ao final do dia estes comerciantes baixam os preços dizendo “Arreou, arreou”, neste caso se trata de um mercado informal.

² Fazendo referência a maioria dos angolanos residem na periferia no período colonial





© História Social de Angola

Não tínhamos grandes coisas sem ser estas.

Na minha infância, como já expliquei, os nossos cotas eram duros e também não havia dinheiro, os nossos pais eram diferentes, nem nos deixavam ir à praia, eu fui à praia mais tarde.

Anos depois, já noutras condições, conforme disse, as minhas irmãs ajudaram muito os nossos pais, elas casaram e com os maridos foram transferidos para fora de Luanda e nesta fase quando nós tivéssemos de férias nós íamos passar férias onde eles viviam. Por exemplo, a minha irmã vivia em Cacuso, zona de Malanje e nós para viajarmos tínhamos de ir de comboio. E eu não ia sozinha, tinha de ir com uma amiga como a Marília Fernando Gaspar e para termos amigas era preciso a minha mãe ir pedir a mãe dela e trocar aquela amizade (como hei-de explicar, já não sei explicar bem agora), eram amizades de cola e gengibre. A

minha mãe chegava lá e tinha que pedir a mão da minha amiga, através da mãe dela, para me deixar ser amiga, ficávamos quinze dias e voltamos de comboio. E claro fui crescendo e contava com a mana mais velha que hoje tem oitenta e três anos para me levar a umas festinhas, e eu ia com ela porque as amigas dela tinham que pedir aos nossos pais e eles autorizavam, eu aproveitava a boleia e ia com elas. Os alunos da Escola Industrial iam jogar contra o Liceu Nacional Salvador Correia, na altura o meu marido que era meu namorado estudava no liceu, íamos assistir aos jogos nestas escolas, eu estudava na Escola Industrial, de bola ou de patins, era uma grande alegria, mas com base no respeito, ali não havia outras coisas sem ser brincadeiras. Não foi fácil, a educação de outros tempos nada comparada a educação de hoje, entre aspas, nem todos têm a mesma educação.



História Social de Angola

Desejos

*Queria ser um poema lindo
cheirando a terra
com sabor a cana*
*Queria ver morrer assassinado
um tempo de luto
de homens indignos*
*Queria desabrochar
- flor rubra -
do chão fecundado da terra*
*ver raiar a aurora transparente
ser r'bera d'julion
em tempo de são joão*
nos anos de fartura d'espiga d'midje
*E ser
riso
flor
fragrante
em cânticos na manhã renovada*

Vera Duarte

Seleção de poemas Gilda Pereira

ARTES E ARTISTAS LUSOS

Nuno Cristo

Facebook



Nuno Cristo nasceu em Lisboa. Foi aprendiz da famosa família Grácio na construção de instrumentos de corda, estudou música e etnologia e tocou gaita de foles portuguesa em digressões. Em 1985, mudou-se para Toronto e continuou a estudar a construção de instrumentos. Músico, fabricante de instrumentos e etnomusicólogo, possui um mestrado em Música pela York University, Toronto. Especializou-se em guitarra portuguesa como artista solo e toca fado com os conjuntos Banza Duo e Anima Fado. Recebeu bolsas do Toronto Arts Council, do Ontario Arts Council e do Canada Council for the Arts, produziu dois CDs, colaborou com Nelly Furtado, Béla entre outros, gravou ao vivo para a rádio CBC e tocou em palcos internacionais nos EUA, Macau e Portugal. Agora, Nuno Cristo participa na cena do Fado de Toronto, tocando guitarra portuguesa, ensinando e construindo instrumentos maioritariamente de estilo português.

Como nasceu a sua paixão pela música?

Penso que surgiu por ter sido exposto desde muito cedo ao cantar da minha mãe, que me ofereceu um tambor de feira quando eu tinha uns cinco anos de idade. O meu pai tinha uma grande coleção de discos e fitas de todo o tipo de música o que claramente me influenciou na minha exploração musical.

Mantém a ligação às suas origens?

Sim completamente.

Músico, compositor, construtor de instrumentos? Em qual destes papéis se sente mais feliz/realizado?

Em todos eles me sinto realizado, “feliz” é um conceito mais complicado. Esses papéis foram surgindo ao longo dos anos, nem sempre simultaneamente. Talvez o que me dá mais prazer, mas também muitos desafios é o de construtor. No entanto, na última década tenho dedicado mais tempo à investigação his-

tórico-organológica e à elaboração de artigos e apresentações de carácter académico, o que também me satisfaz imenso.

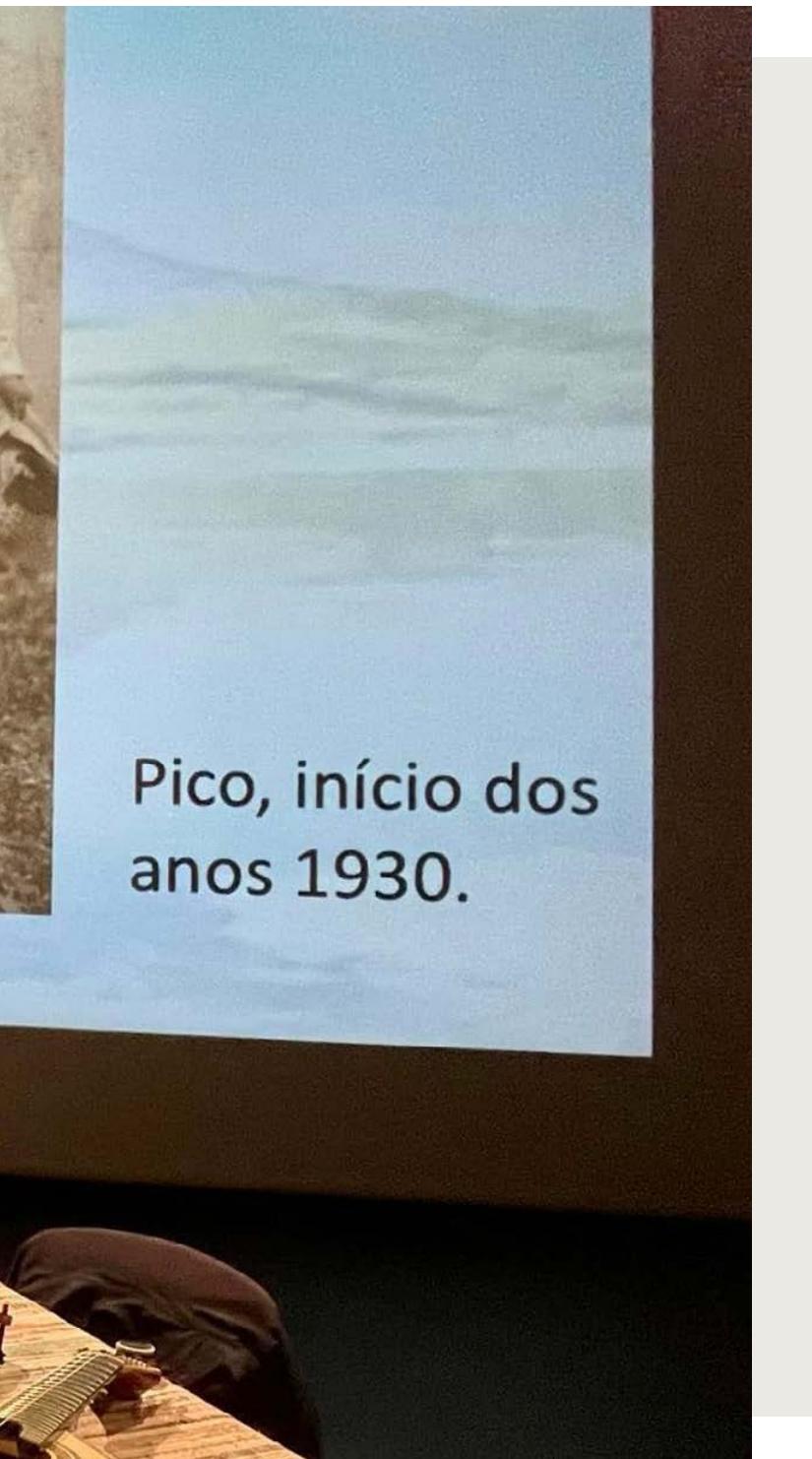
Um dos muitos instrumentos que toca é o mbira dza vadzimu. Qual a origem deste instrumento, como aprendeu a tocar e o que o fascina, já que sabemos que gosta muito de tocar?

Mbira [dos Antepassados] é digamos o instrumento nacional do Zimbabué e em particular do povo Shona. A sua área de influência abrange também partes de Moçambique e foi dessa região que me ofereceram nos finais de 1980 um exemplar de muito boa construção. Aprendi a tocar mbira através de um estudo em campo de Paul Berliner, que possibilita a aprendizagem através de notação esquemática. A música tradicional assenta num ciclo de 48 notas com o mesmo valor rítmico que se repete. Havendo vários executantes, surgem várias versões que se entrelaçam criando um efeito de caleidofonia, levando muitas vezes a um estado de transe.

Como se constrói um instrumento musical? Para além de instalações mínimas, ferramentas, investigação, algum jeito para as artes manuais, paciência e dedicação, como se desenvolve esse processo criativo?

Quando há muitos anos me propus a fazer um instrumento, a motivação foi basicamente eu querer conhecer algo a que não tinha acesso imediato. Sim, sempre demonstrei boas aptidões manuais. A paciência surge bem mais tarde como um modo de vida, e a dedicação é tudo.





Pico, início dos
anos 1930.

Quem são as suas principais influências musicais?

Sem dúvida os cantautores portugueses das décadas de 1970 e 1980, muito em especial José Afonso. Todo o movimento de revivalismo da música dita tradicional não só em Portugal mas a nível global. No campo da música instrumental portuguesa, identifico influências de autores como Carlos Paredes, Pedro Caldeira Cabral e Júlio Pereira.

Viveu em Moçambique (as nossas capas são curiosamente de um artista plástico moçambicano e os textos de um escritor também ele moçambicano) durante quanto tempo? De que forma tem procurado manter a ligação com Moçambique, a música e os músicos locais?

Vivi em Moçambique durante cerca de 4 anos no início dos anos 1970, quando regressei a Portugal tinha 14 anos. Nunca lá voltei, mas tenho comunicado com artistas moçambicanos noutras paragens e continuo interessado na cultura local de que guardo gratas memórias.



Em 1985 decidiu ir viver para o Canadá. Como se deu essa mudança, porquê o Canadá?

Eu já tinha feito em 1983 uma digressão por algumas das principais cidades canadianas, integrando o grupo de teatro O Bando como o músico da peça Afonso Henriques; tocava gaita de fole, tambores e pequenos instrumentos de percussão. Quando da nossa atuação em Toronto, a Aida Jordão, uma atriz canadiana de origem portuguesa sentiu-se inspirada pelo dinamismo da peça e pediu um subsídio para ir trabalhar com o grupo em Portugal. Passámos a compartilhar o palco e em 1985 casámos e decidimos ir viver para o Canadá.

Voltou em 1990 a Portugal, mas apenas por um período de dois anos. O país continua a desiludi-lo?

Foi realmente um período tentativo que deu os seus frutos, mas que por várias razões resultou num regresso a Toronto. Sim penso que houve alguma desilusão. Agora já não sinto nada disso pois não tenho quaisquer planos de viver em Portugal.

Tem previsto algum concerto ainda este ano em Portugal? E agenda para 2024, onde o vamos poder ouvir?

Já não atuo regularmente em Portugal desde o início dos anos 1990, mas tenho participado em festivais/congressos como o 1º Festival de Guitarra Portugue-



sa, Faro 2010; o 22nd Symposium of the ICTM Study Group Musical Instruments, Lisboa 2019; 1º Festival do Guitarrinho, Coimbra 2021 (virtual); Congresso Internacional Mulher, Género e Interseccionalidade no Mundo Lusófono, Ponta Delgada 2022; 10º Congresso de Organologia (ANIMUSIC), Castelo Branco/ Fundão 2021 (virtual); 2º Festival do Guitarrinho, Coimbra 2022 (virtual); 11º Congresso de

Organologia (ANIMUSIC), Coimbra 2023 (virtual). Este ano além de participar na 8ª edição do Festival Cordas, Madalena, vou estar também no 3º Festival do Guitarrinho, Coimbra.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Continuem, vale a pena!



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD

OBSERVANDO

As remessas

As remessas são o outro lado da emigração: aos fluxos de pessoas entre países correspondem fluxos financeiros em sentido contrário. Em 2021, Portugal recebeu mais de 3,6 mil milhões de euros de remessas de emigrantes. As remessas enviadas para o estrangeiro pelos imigrantes a residir em Portugal foram quatro vezes menores. Portugal é, também no domínio das remessas, um país de emigração mais do que de imigração.

Em termos temporais, as remessas cresceram continuadamente desde 2010, estabilizando nos últimos anos, em correspondência com as flutuações da emigração no período pós-crise de 2010-13. A estabilização fez-se em valores elevados: as remessas dos emigrantes foram, nos últimos anos, da mesma ordem de grandeza das transferências europeias para Portugal. Note-se que, ao contrário destas, as remessas são fluxos entre particulares e não entre estados. Como tal, não sustentam políticas públicas (como as transferências europeias) e contribuem desigualmente para o rendimento das famílias.

A partir da segunda década do século XXI, o valor das remessas recebidas em Portugal fixou-se em torno dos 1,8% do PIB. Estamos longe dos valores observados na sequência da grande emigração dos anos que antecederam o 25 de abril: em 1979, as remessas representavam perto de 10% do PIB. Sendo um grande país de emigração, Portugal é, quando se

tem em conta a sua população, um dos países do mundo que mais remessas recebe. Contudo, sendo um país de emigração desenvolvido, que integra o grupo dos países de muito elevado desenvolvimento humano, Portugal depende menos do contributo económico das remessas do que países com volumes de emigração semelhantes.

Mais de metade das remessas recebidas em Portugal vêm da Suíça e de França, os países onde residem mais portugueses emigrados e que são destinos ativos da emigração portuguesa. Seguem-se, com valores bem menores, Reino Unido, Angola, EUA e Alemanha. Em sentido contrário, o país que recebe mais remessas de Portugal, enviadas por imigrantes aqui estabelecidos, é o Brasil (quase metade). Hoje, as remessas enviadas de Portugal para o Brasil são 37 vezes superiores às originárias daquele país. Ou seja, o Brasil, que no passado foi o principal destino da emigração portuguesa, transformou-se no maior país de origem da imigração em Portugal. Transformação inversa aconteceu com Angola: em 2001, este país recebia o dobro das remessas que enviava para Portugal, hoje envia remessas num valor 32 vezes superior ao das que recebe. Angola transformou-se, neste século, num dos poucos países de destino não europeus da emigração portuguesa. As variações das migrações têm um espelho nos fluxos das remessas.



Rui Pena Pires e Inês Vidigal
Observatório da Emigração, CIES-Iscte,
Instituto Universitário de Lisboa

TEIMOSIA CRÓNICA

Retrato em branco e preto

Essa fotografia morava numa prateleira alta de um armário em casa dos meus avós. Nessa altura todas as prateleiras eram altas. Eu pedia para vê-la e a minha avó fazia-me sempre a vontade. Tirava-a da estante e, sentando-me no colo, ajudava-me a encontrar a embrulhadinha. A embrulhadinha era uma menina, assim da minha idade, acho até que com a mesma cara (pelo menos o cabelo era igual), que espreitava do meio da pequena multidão que me olhava da fotografia. Tinha uma manta ou um cobertor a envolvê-la, e por isso estava embrulhada, aconchegada, tapadinha, como se dormisse, mas em pé. Daí o nome, embrulhadinha. Era uma excitação procurá-la no meio de todas aquelas caras de gente crescida, olhos negros e bocas murchas, tezes cintzentas e cabelos, barbas e bigodes escurecidos pelo preto e branco. Cada figurinha tinha o tamanho da ponta do meu dedo mindinho, e havia tantas, lado a lado, em carreirinhas, que encontrar fosse quem fosse já era uma proeza.

Ainda hoje não sei quem eram aquelas pessoas. Talvez uma grande família, talvez até da família, um rebanho de primos e primas desconhecidos. Só me lembro de que eram muitos. E que tinham todos um ar desolado. Pensando bem, talvez não fossem da família, de gente sempre bem-disposta, com o riso e o sarcasmo ao canto da boca. Ou talvez fossem daquela outra parte da família, mais sombria, que espreita escondida

dos sorrisos e das gargalhadas e que todas as famílias têm e não sabem.

Desconheço também se a embrulhadinha existia mesmo ou se era produto da minha imaginação. Se era, a minha avó disfarçava muito bem. Sentava-me ao colo e, com dedos pacientes, acompanhava-me naquela maravilhosa aventura em busca de uma fisionomia no meio de tantas, uma agulha num palheiro, com aquela paciência de que só as avós são capazes. Eu nunca a conseguia encontrar e eram os dedos dela que me indicavam a carinha que eu tão bem conhecia, uma cabecinha minúscula espreitando do embrulho que os cobertores amparavam em redor do seu pequeno corpo. Olhava-a, extasiada, e conseguia sentir o abraço quentinho do cobertor de lã em volta dos meus ombros; eu, que detestava os casacos de lã que me picavam os braços. O retrato era então colocado de novo no seu lugar, no alto da prateleira, até ao momento em que, de olhos suplicantes, pedia de novo para ver a embrulhadinha. Às vezes a minha avó não estava por perto e eram outros os dedos que me acompanhavam. Quero crer, porém, que esses outros dedos não possuíam a mesma perícia para encontrar a tão amada figurinha e que, as mais das vezes, o meu desejo ficava encolhido no peito, qual um passarito assustado pela imensidão dos céus. Mas, quem sabe, apenas não conseguissem fingir tão bem como os da minha avó.



Gabriela Ruivo
Escritora

| LÍDERES & EMPRESÁRIAS

Patrícia Gonçalves

A minhota guerreira. Do lixo ao luxo



Nasceu em Viana do Castelo, minhota de alma com coração de ouro, valorizando as suas raízes, genuína, generosa, Patrícia de Castro Gonçalves é uma guerreira que transborda de energia contagiando -a ao seu redor. Apaixonada por África e pela natureza, gosta de espalhar amor e positividade onde quer que esteja. Engenheira do ambiente, ingressou na área ambiental para o desenvolvimento desse negócio no Grupo Monte onde atualmente é administradora em Portugal e Angola, fazendo parte da

Comissão Executiva. Fundadora da marca Do Lixo ao Luxo, palestrante internacional, pertencente ao Comité Global de Portugal Country Chair do Global Networking-G100, Patrícia Gonçalves não mede a vida pelos obstáculos mas sim pela coragem com que os enfrentam e vencem. É também uma amiga, sinto orgulho na mulher que se tornou, vivemos juntas quando estávamos ambas na Universidade de Aveiro. Foram momentos marcantes para o futuro. Uma amizade para sempre.



Explique em que consiste a marca “Do Lixo ao Luxo”?

Fruto de trabalhar na área do ambiente, onde se inclui a sustentabilidade e a gestão de resíduos, sou por outro lado apaixonada pelo mundo do luxo. Em 2021 criei a marca Do Lixo ao Luxo ® no sentido de acreditar que podemos sempre ser melhores e transformar o que não é bom numa oportunidade. Juntos e com coragem conseguiremos transformar o nosso planeta num mundo melhor, sustentável e mais feliz.

Este conceito aplica-se não só numa vertente ambiental mas também de transformação pessoal e empresarial, onde se pretende incluir o conceito da positividade, felicidade e bem-estar nas pessoas e nas empresas, tendo como pilares o desenvolvimento de amor próprio, amor pelo planeta em que vivemos e colocar amor em tudo o que fazemos quer

na vida pessoal quer na vida empresarial. O maior luxo é de impactar positivamente e transformar a vida das pessoas.

Qual é o olhar sobre o seu trabalho?

Desafiante! Estar em cargos de gestão é desafiante e exige muito foco. Estou rodeada por uma equipa fantástica o que também nos permite crescer ainda mais realizando excelente trabalho! O mundo empresarial é muito exigente e obriga-nos a estar atentos e em constante evolução. Não existem rotinas e é bom chegar ao final do dia e concluirmos que o dia foi produtivo, conseguimos avançar com os temas em curso e que conseguimos evoluir rumo aos objetivos que definimos. Amo o que faço e em particular colocar em prática o espírito empreendedor e aventureiro que sem-



pre me foi passado pelo meu pai ao longo dos anos. Gosto de estar ligada ao mundo empresarial e ao desenvolvimento de negócios, o que me permite ter acesso a muita informação e várias culturas. Gosto de conhecer pessoas e ter amigos em vários pontos do globo. Gosto de novos desafios, o contacto com várias realidades, sectores, países e culturas diferentes. Atualmente a minha atividade profissional divide-se entre Portugal e Angola. Trabalho com excelentes profissionais nos dois países e tenho muitos e bons amigos. Fascina-me ter a noção real que para além da vida profissional, na qual coloco à disposição as

minhas competências, existe uma outra vertente humana e de profunda amizade que nos acompanha ao longo da vida. É bom saber e confortante que somos reconhecidos como bons profissionais e que deixamos uma marca positiva no mundo.

Qual é a sua definição de sucesso?

É gostarmos do que fazemos, estar em constante busca de aprendizagem, ser feliz, viver com amor e ter dinheiro também ajuda!(risos)



Que mensagem gostaria de deixar às mulheres lusófonas?

Na palavra « empreendedor » existe « dor », o caminho não é fácil mas como disse o Papa durante a Jornada Mundial da Juventude, não devemos ter medo mas coragem para avançar. Cultivem-se, adquiram competências, não desistam dos seus sonhos, o Amor vence tudo, na área de negócio, queremos acima de tudo equidade, as mulheres são diferentes, praticam uma liderança de empatia, de conexão, de ligação e não precisam de ter uma liderança masculina, autoritária.

Vivenciou a Jornada Mundial da Juventude, como foi essa experiência?

Não sei explicar o que vivi, foi muito emocionante, havia energia, positividade, carinho, alegria, quer sejamos cren tes quer não sejamos, ninguém ficou indiferente, Lisboa foi marcada para sempre com a presença do Papa, ver esses jovens do mundo inteiro a cantar é transcendente, foi um momento mágico, a fé move montanhas.

Inspirando-me nas palavras do Papa «cada um de nós é um dom, um dom único».



Sylvie das Dores Bayart
Empresária Dijon

| AMBIENTE

As “florestas em mosaico” no combate às alterações climáticas

Quando o verão se transforma, paulatinamente, em Outono, vista de cima, uma “floresta em mosaico” assemelha-se a uma colcha de retalhos ou a uma tela pincelada por Vincent van Gogh. Um espaço onde coexistem diversas cores que emanam das diferentes espécies arbóreas e arbustivas, que se espalham ao longo de vários hectares de terreno. Este tipo de floresta, devido às suas características ímpares resultantes da diversificação das espécies, está mais adaptado ao aumento das temperaturas. Quando caminhamos nessas encantadoras florestas, saltamos à vista uma jovem bétula a crescer entre os carvalhos cen-



tenários; ou um grupo de freixos a sobressair junto a uma linha de água; ou os imponentes castanheiros que, por sua vez, se misturam com os amieiros, as faias, os pinheiros, as aveleiras, os escambroeiros e as tramazeiras, numa mescla de cores, formatos e tamanhos que tornam estas florestas aprazíveis, sustentáveis e recomendáveis. São assim as “florestas em mosaico” – lugares únicos.

No sentido de mitigar os efeitos das alterações climáticas, vários países estão a tomar medidas, apostando fortemente na implementação deste tipo de “florestas em mosaico”, que absorvem e armazenam grandes quantidades de dióxido de carbono e geram, de igual modo, elevadas quantidades de oxigénio. Infelizmente, apesar de todos esses esforços, a cada ano que passa, perdem-se cerca de 75 000 Km² destas florestas.

Em França, por exemplo, no maciço de Moulière, localizado no departamento de Vienne, a estratégia passa por combater as alterações climáticas através da criação e manutenção de uma extensa “floresta em mosaico” com cerca de 4.200 hectares. Nessa magnífica floresta já foram implementados todos os cenários de adaptação, desde a preservação de lagos naturais, até à criação de zonas de regeneração natural (sem plantio) e ilhas envelhecidas, em cujas áreas se localizam as árvores adultas e centenárias que servem de abrigo à biodiversidade local.

No maciço de Molière, ao longo dos anos, a floresta vai-se desenvolvendo por camadas – as mudas jovens e a regeneração natural crescem à sombra das árvores adultas para, um dia mais tarde, tomarem o seu lugar, e assim por diante.



Este mosaico florestal ambientalmente sustentável, por um lado, cria desenvolvimento económico e, por outro, conserva a biodiversidade, protege os recursos hídricos e previne a degradação e a erosão dos solos.

No Brasil, criou-se, em 2007, numa área considerável da Mata Atlântica (que se estende do sul da Bahia até ao norte do Espírito Santo), a Iniciativa Mosaicos Florestais Sustentáveis, com o objectivo de “estabelecer um modelo inovador e

colaborativo de produção, conservação e geração de meios de subsistência” e, desde aí, têm vindo a ser implementadas várias acções nesse sentido. As organizações intervenientes esperam conseguir a expansão desse modelo de gestão à parte restante da Mata Atlântica que ainda não se encontra abrangida por estas intervenções. De entre as acções mais visíveis destacam-se a protecção e restauração de várias dezenas de milhares de hectares de floresta, onde se inclui a criação de



vários corredores de conexão de fragmentos isolados de florestas. Estas actividades criaram empregos para as comunidades locais e aumentaram os seus rendimentos, contribuindo desse modo para a melhoria da sua qualidade de vida. No caso de Portugal, ganhou visibilidade, no ano passado, um projecto de reflorestação em mosaico da CELPA – “Replantar Pedrógão” – que pretendia replantar a floresta de Pedrógão Grande e, desse modo, estimular o investimento na região,

proteger a biodiversidade e estimular a resiliência da floresta. De todos estes exemplos poderemos retirar uma conclusão: mais importante que fazer é fazer diferente! Não basta restaurar o que antes existia. Urge preservar o que ainda existe e é necessário intervir no sentido de se criarem florestas mais resilientes aos fogos florestais, mais propensas ao desenvolvimento da biodiversidade e mais adaptadas às alterações climáticas. E, as “florestas em mosaico”, são tudo isso.



Vítor Afonso
Mestre em TIC



R E A L C E S

E X P O S I Ç Ã O T Á T I L
TERRITÓRIOS CULTURAIS

Envolver as pessoas
cegas ou com baixa
visão no universo
das artes

| SAÚDE E BEM ESTAR

A propósito... da Terapia EMDR



Todos nós temos um diálogo interno que pode ser nosso aliado ou, por vezes, nosso inimigo.

Diariamente surgem pensamentos que cruzam a nossa mente e, se esse diálogo for irracional, não os conseguimos silenciar automaticamente.

O que devemos fazer é substituir esses pensamentos por mensagens positivas. Mas isto nem sempre é fácil e, sobretudo torna-se quase uma missão impossível realizarmos sozinhos, caso não tenhamos uma boa rede de suporte, sobretudo familiar e social. Os pensamentos que

emergem estão inevitavelmente interligados às crenças negativas (maioritariamente inconscientes) que temos acerca de próprios, (p.ex: não sou capaz; não tenho valor; não me consigo integrar,...) ou positivas, tendo em conta as experiências que vivenciámos.

Caso as crenças negativas imperem, então o desfecho não se avizinha o melhor e devemos mesmo procurar ajuda especializada.

Por isso, hoje falo-Vos do EMDR – Eye Movement Desensitisation and Reprocessing.

A Terapia EMDR - Dessensibilização e Reprocessamento através dos Movimentos Oculares - foi criada no final da década de 80 pela Psicóloga Americana Francine Shapiro e usada, inicialmente para o tratamento do Stress Pós Traumático. Tem-se vindo a desenvolver muito, sobretudo nos últimos 10 anos. Desde então, diversos estudos comprovam a sua eficácia. A Organização Mundial de Saúde - OMS (2013) e a American Psychiatric Association - APA (2004) reconhecem a eficácia e recomendam a terapia EMDR. O EMDR só pode ser realizado por Psicólogos e Psiquiatras certificados.

A Terapia EMDR tem por base o modelo PAI – Processamento Adaptativo de Informação. Sabe-se que a Patologia e a Saúde surgem também em função de como as memórias são armazenadas. As memórias que são processadas

inadequadamente desencadeiam patologia, por outro lado, as memórias processadas de forma adequada são a base da saúde. Assim, as experiências adversas se forem processadas inadequadamente não se ligam com informação adaptativa e acabam por resultar em queixas clínicas, sem base orgânica. Estas memórias processadas inadequadamente manifestam-se em: traços disfuncionais da personalidade, comportamentos, crenças, afetos e sensações. O foco primário de tratamento tem então a ver com este armazenamento disfuncional de memórias. O objetivo principal é o reprocessamento das experiências negativas e a sua transformação em experiências adaptativas positivas, seguindo um protocolo de 3 etapas: passado, presente e futuro. Existem diferentes quadros de experiências adversas e nem todas têm de

preencher os requisitos de situação de trauma. O EMDR pode tratar Perturbações emocionais, somáticas e relacionais, Problemas de auto-estima, Perturbações de ansiedade (pânico, fobias,...), Depressão, Perturbação de stress pós traumático, Dor, Luto, Perturbações aditivas, Perturbações do comportamento alimentar, entre outras.

Com o EMDR ativamos várias áreas cerebrais através da estimulação sensorial bilateral (visual, táctil ou auditiva), promovendo a dessensibilização daquilo que nos incomoda, através do processamento das memórias, reduzindo e eliminando os sintomas e colocando-nos num estado mais adaptativo e saudável no qual a razão, a emoção e a ação estão mais alinhadas. Tal, só é possível quando já existe uma relação terapêutica, de base sólida entre Cliente e Terapeuta.

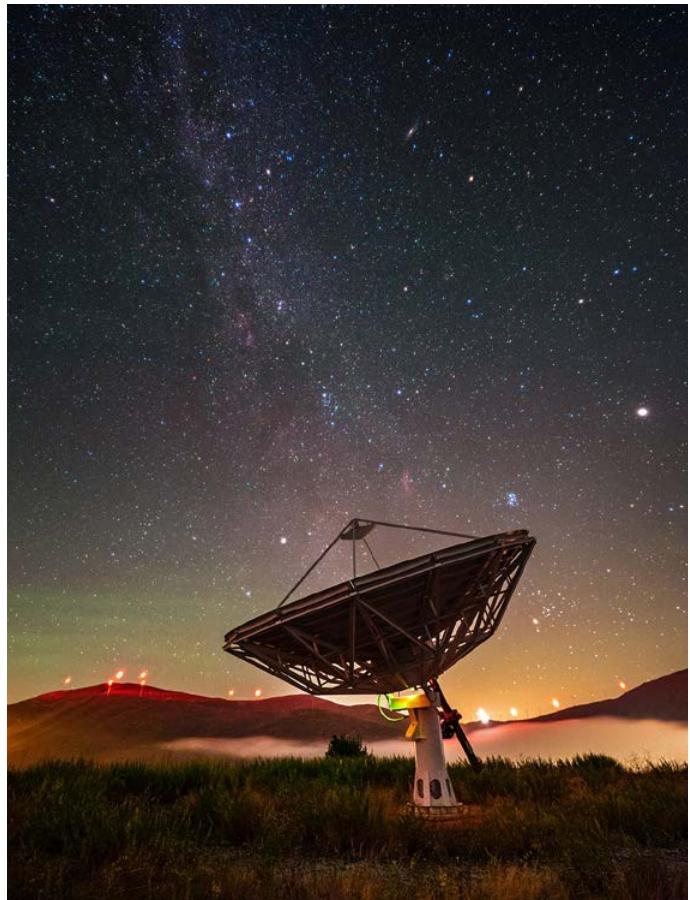


Ana Sofia Oliveira
Psicóloga Especialista em Clínica e Saúde
Terapeuta EMDR



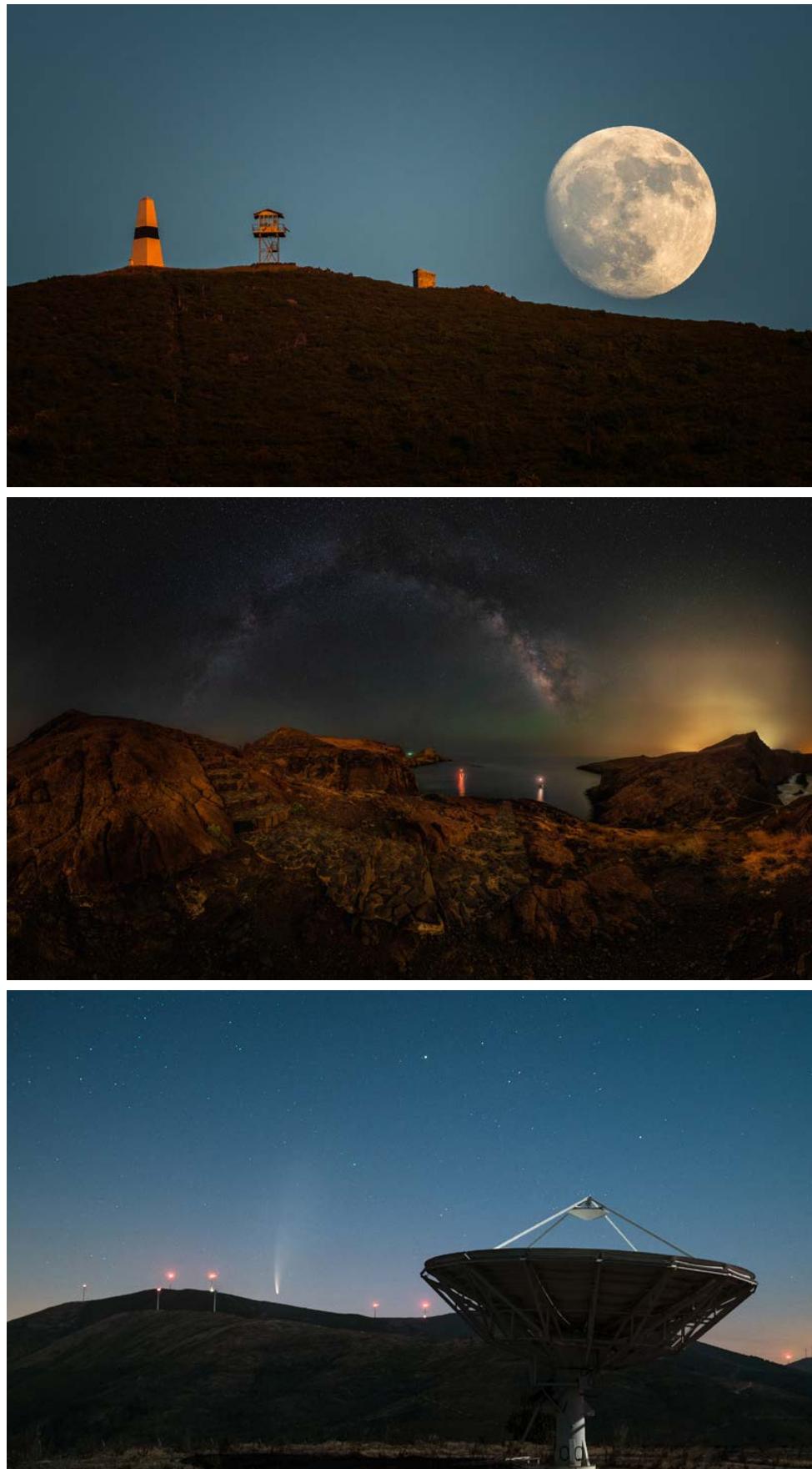
| PELA LENTE DE
Maria e Miguel

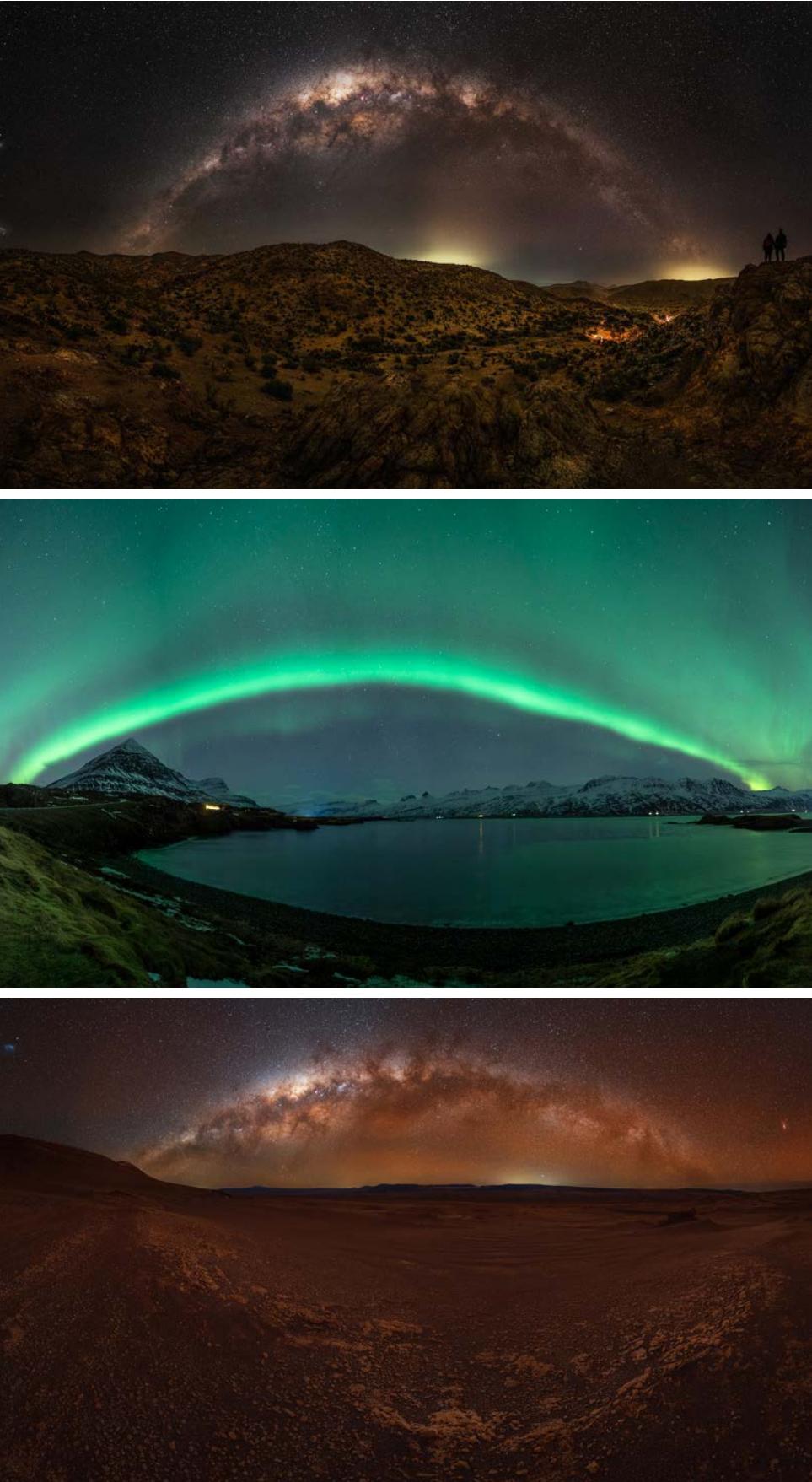




O gosto pelas estrelas é comum e foi assim que o nosso caminho se cruzou pessoal e profissionalmente. Fotografar as estrelas é algo que nos realiza e por isso passamos algumas noites a tentar captá-las.

Ao longo do nosso percurso já realizámos alguns workshops de astrofotografia de paisagem, nomeadamente, na Pampilhosa da Serra, em Coimbra e no Alqueva. Editamos um livro de astrofotografias em 2019 e no ano seguinte, em 2020, elaborámos um trabalho em conjunto com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) que resultou num catálogo fotográfico disponível para consulta online, onde são apresentadas várias fotografias da zona centro, em concreto, a zona Dark Sky® Aldeias do Xisto, que inclui diversos concelhos.





Costuma-se dizer que “quem corre por gosto não cansa” e a insatisfação e o desejo de querer sempre mais, fazem-nos repetir alguns sítios, aperfeiçoar técnicas e melhorar processos em busca da melhor fotografia.

Fazemos alguns quilómetros pelo nosso país e estrangeiro à procura do melhor plano, dormimos menos do que o recomendável, mas vale a pena cada segundo naqueles cenários utópicos, que por vezes vemos em fotografias de outras pessoas e que sonhamos que fossem nossas. A insatisfação e o desejo de querer sempre mais, fazem-nos repetir e ir aperfeiçoando técnicas e processos, perdendo algumas horas mas que, no fim de contas, revelam-se ganhos que nos enchem de orgulho e satisfação.

| COM LUPA: CÁ DENTRO

Pelas Terras de Basto

II Parte



Neste segundo dia, começamos o nosso roteiro em Celorico de Basto. Como partimos de Mondim de Basto o nosso primeiro ponto é no centro de Celorico, mais concretamente na Quinta do Prado. Embora as suas origens sejam mais antigas, remontando ao século XVI, a construção atual aponta para os séculos XVIII e XIX, com o jardim original da casa pontuado por topiárias de exemplares ilustres de camélias, algumas formando casas de fresco, ao gosto dos chamados “Jardins de Basto”. A possibilidade de dar um passeio entre estes formosos jardins, marcados por um verde vivaz, é algo que torna esta quinta num verdadeiro encanto para todo o município e para todos os que a visitam. E, sendo Celorico, a Capital das Camélias, é aqui que em março decorre a Festa Internacional das Camélias, um dos eventos mais atrativos da região, a nível nacional e internacional. Este ano celebrou-se a 18^a edi-

ção, com milhares de visitantes reunidos para participarem no evento, que contou com diversas atividades, como desfiles temáticos, exposições e batalhas de flores. Se conseguir tirar uns dias de março para vir a esta festa, garantimos-lhe que não irá faltar diversão!

Seguimos para a zona ribeirinha, com o Parque Urbano do Freixieiro. Este destaca-se desde já, pelos seus moinhos hidráulicos: Moinhos de Britelo e Moinhos de Freixieiro, assim como pela Casa do Moleiro. Caraterizados por apresentarem uma arquitetura agrícola e residencial, vernacular, estes monumentos, construídos, presumivelmente, no século XIX, foram recentemente recuperados, assegurando-se deste modo a preservação e a valorização deste património de moinhos de água. Salientar que aqui em Celorico celebra-se o Dia Nacional dos Moinhos (7 de abril) com várias iniciativas que



promovem a riqueza cultural que os moinhos desempenham, por isso caso fique curioso para fazer parte deste evento, já tem mais 1 dia para revisitá-lo. Localizado nas margens do rio Freixieiro, o parque com o mesmo nome dispõe de fantásticas condições para lazer, graças à vasta arborização que o preenche (principalmente plátanos e amieiros). Inclui parque infantil, bar, restaurante, zona de merendas, relvados acessíveis, campo de jogos e um extenso parque de estacionamento. O seu nobre enquadramento paisagístico e as suas condições privilegiadas convidam-no a visitar.

Próximo ao Parque Urbano, localiza-se o Parque de Camping e Caravanismo de Celorico de Basto. Inaugurado em 2009, o parque tem uma capacidade para albergar 350 campistas. Além disso, possui uma zona para caravanas e autocaravanas, e 4 bungalows (T1 e T2) completamente equipados, de capacidade até 6 pessoas. Se preferir ficar mais dias por aqui a aproveitar, este é um local descontraído para a sua estadia. Aproveite agora para saborear as deliciosas pizzas, na inconfundível Invictus (pizzaria e snack bar). O menu que oferecem conta com várias opções gastronómicas apetecíveis, para

que possa agradar a todos! O serviço é de enorme qualidade, assim como o ambiente do espaço e os funcionários. Além disso, os preços são realmente convidativos, por isso garantimos-lhe que na Invictus terá a melhor oferta de qualidade com custos reduzidos. O horário de funcionamento decorre entre as 12h00 e as 14h30, e entre as 18h30 e as 22h00, todos os dias da semana (à sexta e ao sábado o horário estende-se até às 22h30).

Não podíamos deixar Celorico sem antes, visitarmos o imponente Castelo de Arnóia. Esta fortificação românica localizada no topo de uma elevação, a cerca de 250 metros de altitude, coberta de vegetação, sobressai numa paisagem cinematográfica que nos leva numa viagem pela história da nação. Aqui ressaltam quatro elementos vultosos defensivos: a torre de menagem (cujo último piso e conjunto de ameias foram reconstituídos no século XX), o torreão quadrangular, uma única porta e a cisterna. O Castelo de Arnóia encontra-se classificado como Monumento Nacional.

Passamos à “cabeça” das Terras de Basto: Cabeceiras de Basto. E que outra edificação visitaríamos em primeiro lugar,

senão o magnífico Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, classificado como Monumento Nacional. Instalado na Praça da República, este mosteiro da Ordem de São Bento, de arquitetura religiosa, compõe-se de uma igreja e dependências monacais. A sua data de construção continua a suscitar divergências, com várias afirmações, entre as quais, recuam, por exemplo, até ao século VII. Datações à parte, o certo é que este teve um papel religioso muito profundo na região durante vários séculos, e, destacou-se sempre como uma estrutura arquitetónica rica, sendo, inclusivamente a Igreja reconhecida como “uma joia monumental do barroco português”. Aproveite para percorrer os jardins que circundam o mosteiro e conhecer “O Basto”, uma estátua que representa um guerreiro lusitano, e que é para os habitantes de Cabeceiras, uma personificação da honra e da coragem.

O ponto que se segue é o espaço perfeito para conhecer com detalhe o concelho, os costumes, as tradições e a rotina do

povo de Cabeceiras. Estamos a falar da Casa do Tempo, um museu que arquiva e partilha a história da região, através das suas exposições de inúmeros exemplares, e do seu conteúdo multimédia, com experiências sensoriais e exploração de vídeos e conteúdos diversos em ecrãs táteis. Este Centro Interpretativo vai fazê-lo sentir-se numa máquina do tempo... como se estivesse a contactar com o passado e o presente em simultâneo! Encontra-se em funcionamento de terça-feira a domingo, entre as 09h00 e as 17h30. A entrada é gratuita. E, é tempo de partirmos para a nossa última terra: Ribeira de Pena. Visitarmos locais que apresentem uma biodiversidade abundante ao nível da fauna e da flora, é sempre uma opção magnética que não pode faltar num bom roteiro. Por isso, escolhemos para si o Parque Ambiental do Bucheiro (de Ribeira de Pena), que se prolonga ao longo de 18 hectares de floresta protegida. Durante a sua caminhada pelo percurso pedestre, pode consultar informações sobre as nu-





merosas espécies, e observar uma exemplificação dos seus habitats naturais, já que aqui os animais se encontram em recintos que procuram reproduzir o seu ambiente original. A flora autóctone é diversificada, com zonas arbóreas e múltipla vegetação, que serve, recorrentemente, de sombra e alimento para os animais que aqui habitam. Conta também com um Centro de Interpretação, uma horta pedagógica e uma área com plantas aromáticas e medicinais. O Parque contribui de uma forma notável para a valorização do património ambiental regional, bem como para a

sensibilização da importância da proteção ambiental. Se ainda estiver com energia pode aceitar uma atividade diferente no Pena Aventura Park, ligada a diferentes elementos, desde o ar, com o fantasticable, à água, com o rafting. Aqui a animação é garantida! Caso o seu corpo já esteja, pelo contrário, a pedir repouso, jante e descanse no Pena Park Hotel, com toda a comodidade e conforto assegurados, num fantástico estabelecimento de 4 estrelas. Bons sonhos, reencontramo-nos nos ventos natalícios de dezembro!



Fatinha Pinheiro
Geógrafa

| C O M L U P A : L Á F O R A

Efteling

Parque Temático



Se vai viajar para a Holanda e tem crianças ou jovens não deixe de visitar o Parque Temático Efteling

Como chegar

De qualquer local da Holanda, pode passear até ao parque encantado de automóvel ou de autocarro.

Desde Amesterdão, pode comprar os bilhetes de comboio e demora a chegar cerca de uma hora e 50 m. Também pode viajar de carro ao encontro deste local encantado no Sul da Holanda.

Quem viaja de avião até Amesterdão e em uma companhia aérea holandesa começa desde logo a entender a importância que a infância representa para este povo e para este país que está a fechar as prisões por falta de criminosos. No país em que famílias inteiras e numerosas se apinharam nas bicicletas, as crianças são sempre as primeiras a serem ouvidas

e atendidas. Nos aviões e nos restaurantes estendem-lhes, antes de se atenderem os adultos, livros e lápis de cor; são as primeiras a serem ouvidas e servidas nas suas escolhas.

Pode comprar os bilhetes de comboio e simultaneamente, o ingresso para a entrada no Parque e demora a chegar cerca de uma hora e 50 m ao sul da Holanda. Também pode viajar de carro ao encontro deste local encantado. Se chegar de carro tem a sua espera um enorme parque de estacionamento, mesmo em frente ao Parque e adquirir o seu bilhete na bilheteira.

Assim que chega fica de imediato encantado com a enorme receção feita de telhado em colmo, onde se penduram na sua estrutura imensos corvos que antecipam com os seus gritos o universo fantasmagórico que encontrara no seu interior.

Este parque tem uma atmosfera e uma vibração distinta da comercial Disney, também pela envolvente natural. Situa-se em Kaatsheuvel e nasceu em 1952. É considerado um dos melhores parques da Europa e o melhor da Holanda. O Efteling abriu as suas portas com a Floresta dos Contos de Fadas, com muito menos personagens que a Disney e muita mais dose de realidade, onde encontramos uma árvore que fala, tem olhos que se mexem, nariz e boca que conta

histórias. Pena ser apenas em holandês, que poucos entendem. No meio da floresta encontra contos de fadas; A casa de doces do conto João e Maria, a casa da avó de Capuchinho Vermelho com o Lobo Mau à Porta; a casa dos três porquinhos em que o lobo também é protagonista, mas uma vez à porta, deixando à imaginação a sua investida em entrar e o nosso desejo que não consiga. Tudo em tamanho real. O Efteling é composto na área central e 4 reinos:





A floresta encantada, (descrita em cima)

O Reino da Aventura (montanhas russas)

O Reino Alternativo (castelos assombrados e cidades proibidas, onde pode assistir a bailados de bonecas em lagos de nenúfares, confrontar-se com a bruxa má que ganha vida no espelho do conto A Branca de Neve, e finalmente

O Reino da Viagem (onde, a título de exemplos, existe uma plataforma inspirada em um templo tailandês que sobe

45m e que, girando, oferece uma visão panorâmica e uma espécie de barcos giratórios que navegam na corrente de um rio, que nos molha. Leve uma mochila com roupa alternativa. Pode fazer a visita em dois dias e pernoitar num dos hotéis da proximidade ou mesmo no hotel. Pode também disfrutar de vários restaurantes e quiosques e locais para descanso. No fim do dia, não deixe de assistir ao espetáculo de água e som!



A tomar em consideração

Deve ter atenção à mudança de horários e consultar sempre o site do parque antes de planear o dia. Os horários e os preços (cerca de 40 euros por pessoa) podem variar, não apenas em função da estação do ano. Leve sempre algum dinheiro consigo. As máquinas de multibanco nem sempre aceitam pagamentos ou transferências com alguns cartões, especialmente os visa. Contudo, a operação de levantar é sempre possível, na Holanda.

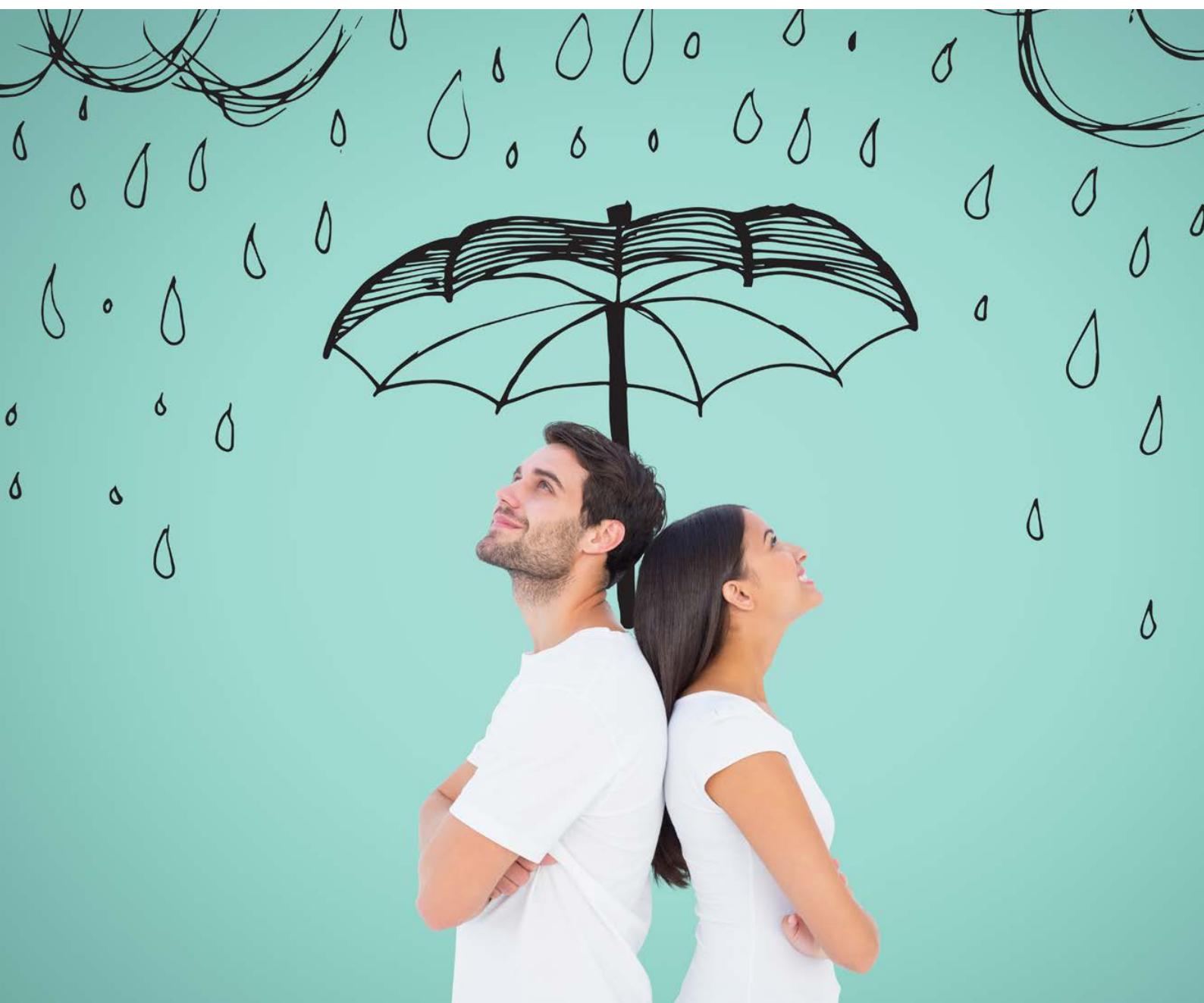
Levar dinheiro e dois cartões diferentes é sempre aconselhável a quem viaja para a Holanda. Até porque existem alguns entretenimentos que requerem moedas (euros), dentro do parque. Quase todo o espaço é ao ar livre e como

estamos na Holanda é sempre bom levar um agasalho e um chapéu/ boné ou gorro. Se resolver ir no Natal ou na Páscoa por cima da roupa pode levar um impermeável. O sol depressa se esconde e lá vem um chuveiro. A aventura pode começar pelas 10 h e acabar pelas 18 h. O calçado e a roupa devem ser o mais confortáveis possível, tanto mais que a visita é longa. Pode comprar o bilhete online. Se não souber falar holandês, não se preocupe. Todos os holandeses que contactam com o público em geral e com os turistas em particular falam bem inglês, são afáveis e atenciosos.

Então, não se esqueça: se visitar a Holanda, é obrigatório passar um dia inteiro de diversão no Efteling, preferencialmente na companhia das crianças.



Madalena Pires de Lima
Escritora



| **FALAR PORTUGUÊS**

A chuva não deslarga?

O jornal Observador pôs esta frase num título: «Chuva não deslarga, bom tempo só a partir de domingo.»

Em fóruns da internet (ah, devia escrever fora, eu sei, eu sei) — lá veio muita gente rasgar as vestes. Não se faz!

Não se faz!

Ou porque a palavra não existe ou porque não é adequada. Sim, não é adequada... normalmente. Mas, neste caso, o jornalista usou uma palavra informal para denotar, de forma que me pareceu divertida, o desespero dos portugueses na rua que olham para o céu e só vêem chuva.

A chuva não deslarga, de facto. O registo informal donde vem a palavra é adequado neste título em particular.

Estou a ver mal? Bem, se de facto o jornalista não tem noção dos registos da língua, o resto do texto estaria cheio de expressões informais. Mas não está. Parece-me perfeitamente legítimo achar que o jornalista usou a expressão informal de forma consciente.

Claro que para perceber isto é preciso fazer uma leitura com menos alarmes na cabeça, mais descontraída, se quiserem mais inteligente... (Desculpem lá se ofendo os ofendidos.)

Podia o jornalista ter usado «a chuva não pára»? Podia, mas não era a mesma coisa. Foi uma piscadela de olho ao leitor.

Ora, o leitor parece que não quer piscadelas de olho. Quer tudo ali muito direitinho, jornalistas aprumados e a língua muito, muito bem comportada. Nada de sair do risco!

Em resumo: como os obcecados dos erros não têm sentido de humor (acham que têm quando se riem dos outros, mas isso é outra coisa), acharam logo que o pobre jornalista não sabia que a palavra era informal. Caíram-lhe em cima

à grande (posso usar «à grande», ou tenho de procurar alguma expressão mais formal?).

Os comentários irados diziam coisas como: a palavra não existe no dicionário (claro que existe!), «des» quer dizer negação (e por isso «deslarga» significa «agarra», o que é não perceber como funciona este prefixo em particular), entre outros impropérios (e lá veio alguém dizer que isto tinha sido invenção do acordo).

O jornal, perante a tempestade que não deslharga, alterou o título.

Será que o pessoal largou o osso? Não! Exigiu mais! Queria pedido formal de desculpas!

Meu Deus, isto é o quê?

É uma forma de ir matando a língua. Sim, o jornalista, para a próxima, vai limitar-se a usos inócuos da linguagem, vai arriscar menos, vai escrever pior! E os comentadores furiosos vão continuar na sua sanha à procura da próxima vítima, enquanto escrevem comentários que, de tão indignados com os «deslargas» desta vida, vão carregadinhos de gralhas. (Ironias, ironias...)

Suspiro e fico um pouco mais triste. Deve ser da chuva.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

A tempestade perfeita

A atividade económica de construção, tem um ciclo longo. Entre a decisão de avançar com um empreendimento imobiliário e a sua venda podem passar-se 10 anos, é por isso uma atividade que exige muitos recursos financeiros, mão de obra, materiais e muita fé nas condições de mercado existentes na fase final do projeto. Portugal já teve uma época de ouro na construção de habitação nova, e não há tantas décadas quando isso. Nessa altura os privados construíam muito, o Estado também dava a sua ajuda, mas concentrava-se essencialmente nas obras públicas. Nessa década de ouro, a moda do número de casas novas chegou aos 175.000 e foi sempre acima das 100.000 casas.

Para termos uma ideia, nos últimos 8 anos o maior número de casas que se construíram num ano foi de 25.000.

Esta situação explica-se muito pelo impacto da intervenção da Troika e do COVID, que retirou poder de compra à classe média portuguesa, tendo mesmo o Estado deixado de realizar investimento público. Quem não se lembra o anúncio do “Enorme aumento de impostos” em 2022. Estes níveis de receitas nunca baixaram até hoje, havendo sim uma sucessiva diminuição dos impostos diretos e um aumento sucessivo dos impostos indiretos o que cria uma aparente sensação de que os impostos diminuem, mas, no entanto, a receita é cada vez maior. Os portugueses têm

visto de forma irremediável o seu poder de compra diminuir, e as entidades públicas têm feito de tudo para tornar difícil o acesso ao crédito bancário, com o aumento do imposto de selo e impondo condições restritivas no seu acesso. Por outro lado, os aumentos das taxas de juros tornam praticamente impossível comprar-se hoje uma casa com o recurso ao crédito bancário. Mas o Estado ainda não está satisfeito com isso, estudando neste momento o aumento muito significativo do IMI, que afetará de forma irremediável a aquisição de habitação nova. O mercado habitacional está sujeito às mesmas regras que os outros setores, está, portanto, sujeito à Lei da oferta e da procura, sendo o número casas novas escassas no mercado é natural que os seus preços aumentem cada vez mais. Se bem se recordam, a Troika provocou uma paragem abrupta no sector da construção, levando milhares de técnicos desta área a sair do país o que provocou o aumento significativo do custo da mão de obra em Portugal, ora este facto a juntar ao preço da energia, que não tem parado de subir, e à subida exponencial dos custos dos materiais explica em grande parte a subida de preços das habitações novas e a escassez de habitações para venda no mercado, o que faz com que os preços das habitações antigas também subam. Se nestes últimos anos, se tivessem construído, pelo menos o míni-

mo da década de ouro, teríamos mais 1.000.000 de habitações nestes últimos dez anos. A classe baixa teria sido beneficiada com habitação social, a classe média teria mais opções e embora os ricos nunca tenham problemas de habitação, porque podem pagar sempre mais do que os outros, não são os culpados pela falta de habitação. A falta de habitação está diretamente ligada à lei do mercado.

O Estado não tem capacidade para administrar o seu património imobiliário, nem sequer sabe o que tem, não consegue colocar no mercado todo o seu património imobiliário que está devoluto, nem consegue realizar obras públicas. Não tem também capacidade para aumentar significativamente na próxima década a oferta de habitação social, e para ajudar não consegue criar as condições para que o sector privado produza habitações para os portugueses. Resta ao sector da construção continuar a construir hotéis, escolas privadas, hospitais privados e habitação para não residentes com grande poder de aquisição, caso contrário teriam de encerrar a sua atividade. Os portugueses se quiserem aumentar o seu poder de compra, só mesmo indo trabalhar para fora do país. Não sendo preciso ir muito longe, bastariam mudar-se para Espanha e podiam até continuar a trabalhar em Portugal que teriam ganhos significativos no seu poder de compra.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.

info@amostradeletras.pt

AM
amostra de letras
COMUNICAÇÃO

Want to live in Portugal?



Get the number one agency

We take care of everything from day one. All the pre departure arrangements, visas, documentations, bank accounts, transportation, health services or schools. All you need to live in Portugal



Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt